

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ**

**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**EMANUELE VIEIRA CUNHA**

**EVASÃO E O RETORNO NA EJAI:** Um estudo a partir da experiência de estágio na  
Unidade Escolar Municipal Pica-Pau em Codó/MA

CODÓ/MA  
2024

**EMANUELE VIEIRA CUNHA**

**EVASÃO E O RETORNO NA EJAI:** Um estudo a partir da experiência de estágio na  
Unidade Escolar Municipal Pica-Pau em Codó/MA

Monografia apresentada à Coordenação do  
Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da  
Universidade Federal do Maranhão, Centro de  
Ciências de Codó, como requisito para a  
obtenção de grau em Licenciatura em  
Pedagogia.

**Orientadora:** Profa. Dra. Kelly Almeida de  
Oliveira

CODÓ/MA

2024

## FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Cunha, Emanuele Vieira.

EVASÃO E O RETORNO NA EJAI: : um estudo a partir da experiência de estágio na Unidade Escolar Municipal Pica-Pau em Codó/MA / Emanuele Vieira Cunha. - 2024.

63 p.

Orientador(a): Kelly Almeida de Oliveira.

Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,  
Universidade Federal do Maranhão, Codó Ma, 2024.

1. Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas. 2. Inclusão Social. 3. Evasão Escolar. 4. . 5. . I. Almeida de Oliveira, Kelly. II. Título.

**EMANUELE VIEIRA CUNHA**

**EVASÃO E O RETORNO NA EJAI:** Um estudo a partir da experiência de estágio na  
Unidade Escolar Municipal Pica-Pau em Codó/MA

Monografia apresentada à Coordenação do  
Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da  
Universidade Federal do Maranhão, Centro de  
Ciências de Codó, como requisito para a  
obtenção de grau em Licenciatura em  
Pedagogia.

Aprovada em 19 de setembro de 2024

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Kelly Almeida de Oliveira – UFMA  
(Orientadora)

---

Prof. Dr. Dilmar Kistemacher – UFMA  
(Membro)

---

Prof. Dr. Joelson de Sousa Morais – UFMA  
(Membro)

CODÓ/MA  
2024

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus por estar comigo em cada momento da minha vida e ao longo desta caminhada acadêmica. Sem o Seu auxílio, nada conseguiria. Agradeço a Ele pela saúde e pelo ânimo de querer aprender um pouco mais a cada dia. Agradeço aos meus pais, Josilane dos Santos Vieira Cunha e Manoel de Sousa Cunha, por todo o apoio e incentivo, e por não medirem esforços para que eu pudesse realizar esta meta/sonho em minha vida. Estendo minha gratidão aos demais familiares por acreditarem que eu conseguiria chegar até aqui.

Ao Emanuel Osvando Silva Santos, que além de namorado, é meu amigo, e que sempre esteve disponível para me ouvir quando pensei que não iria conseguir, e por me incentivar a concluir este trabalho. Agradeço aos meus amigos que, desde antes da graduação, sempre estiveram do meu lado e apoiando os meus sonhos.

A minha orientadora, Dra. Kelly Almeida de Oliveira, agradeço por me acolher como sua orientanda e por toda a paciência e empenho em me orientar durante o percurso deste trabalho. Tenho grande admiração pela profissional que ela é. Aos amigos que o curso de pedagogia me apresentou, Gisele Sena, Jeiciane Fortes, Joerlison Roniere e Maria Jacielma, pois juntos ultrapassamos obstáculos que foram surgindo durante o curso e por me propiciarem momentos inesquecíveis, que permitiram que essa caminhada fosse mais alegre.

Sou grata a todos da turma 2020.2 pelas experiências acadêmicas vividas ao longo destes anos, pelos bons e maus momentos que contribuíram como aprendizados, desejo sucesso na vida de cada um. Expresso meus agradecimentos a todos os professores da UFMA do curso de Pedagogia Campus Codó que contribuíram para minha formação durante a graduação, por todos os ensinamentos que me trouxeram até aqui.

## RESUMO

A pesquisa aborda as causas da evasão escolar e os fatores que motivam o retorno de estudantes à Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) na cidade de Codó, Maranhão. Partindo da questão que fatores contribuem para a evasão e para o retorno na EJAI? Sobre esta lógica, definiu-se como objetivo geral: Compreender os fatores que contribuem para a evasão e para o retorno na EJAI. O estudo enfatizou a história, o desenvolvimento e o marco legal da EJAI, além de identificar os fatores que contribuem para a evasão escolar e as motivações dos estudantes que optam por retomar seus estudos. A fundamentação teórica incluiu a análise de estudos relevantes como: Sergio Haddad e Maria Clara Di Pierro (2000); Moacir Gadotti e José Romão (2011); Paulo Freire (1983). A pesquisa também contemplou estudos de documentos oficiais da educação brasileira, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996. Através de uma abordagem qualitativa, a pesquisa de campo foi realizada na Escola Municipal Pica-Pau, utilizando observações, questionários e entrevistas semiestruturadas com a professora e estudantes da turma 2º/3º ano da EJAI. Os resultados indicam que os principais fatores de evasão escolar incluem a necessidade de trabalho infantil, responsabilidades familiares, falta de valorização da educação por parte dos pais e questões socioeconômicas. Por outro lado, os motivos para o retorno aos estudos envolvem a busca por alfabetização, autonomia, inclusão social e melhoria das condições de vida. A análise dos dados revelou que, apesar dos desafios enfrentados, as/os estudantes demonstram uma forte determinação em continuar aprendendo. O estudo conclui que é necessário implementar ações concretas e políticas públicas que valorizem as vivências de estudantes da EJAI, além de investir em currículos dinâmicos e formações específicas para professores.

**Palavras-chave:** Educação de pessoas jovens, adultas e idosas. Inclusão social. Evasão escolar.

Codó/MA.

## ABSTRACT

This research addresses the causes of school dropout and the factors that motivate students to return to Youth, Adult and Elderly Education (EJAI) in the city of Codó, Maranhão. Starting from the question, what factors contribute to dropout and return to EJAI? Based on this logic, the general objective was defined as: Understanding the factors that contribute to dropout and return to EJAI. The study emphasized the history, development and legal framework of EJAI, in addition to identifying the factors that contribute to school dropout and the motivations of students who choose to return to their studies. The theoretical basis included the analysis of relevant studies such as: Sergio Haddad and Maria Clara Di Pierro (2000); Moacir Gadotti and José Romão (2011); Paulo Freire (1983). The research also included studies of official documents on Brazilian education, such as the 1988 Federal Constitution and the Law of Guidelines and Bases for National Education (LDB), Law No. 9,394/1996. Using a qualitative approach, the field research was conducted at the Pica-Pau Municipal School, using observations, questionnaires and semi-structured interviews with the teacher and students of the 2nd/3rd grade EJAI class. The results indicate that the main factors for school dropout include the need for child labor, family responsibilities, lack of appreciation for education by parents and socioeconomic issues. On the other hand, the reasons for returning to school involve the search for literacy, autonomy, social inclusion and improvement of living conditions. Data analysis revealed that, despite the challenges faced, students demonstrate a strong determination to continue learning. The study concludes that it is necessary to implement concrete actions and public policies that value the experiences of EJAI students, in addition to investing in dynamic curricula and specific training for teachers.

Keywords: Education of young people, adults and the elderly. Social inclusion. School dropout.

Codó/MA.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Identificação dos/as participantes da pesquisa.....	38
<b>Quadro 2:</b> Idade e motivo de ter deixado os estudos.....	38
<b>Quadro 3:</b> Motivo do retorno aos estudos na EJAI.....	39
<b>Quadro 4:</b> Como conheceu a modalidade de ensino EJAI?.....	41
<b>Quadro 5:</b> Desafios ao retornar aos estudos e se pensam em desistir de estudar.....	42
<b>Quadro 6:</b> O que pretendem alcançar com seus estudos.....	43

## SUMÁRIO

<b>1. EJAI: O (RE)COMEÇO DE UMA NOVA HISTÓRIA DE APRENDIZAGEM.....</b>	<b>9</b>
<b>2. A EVASÃO NO CONTEXTO ESCOLAR E O RETORNO .....</b>	<b>11</b>
2.1 Aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil .....	14
2.2 Processo histórico legal da EJA.....	19
2.3 EJA no Estado do Maranhão: desbravando os caminhos .....	24
2.4 EJAI no Município de Codó.....	29
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....</b>	<b>33</b>
3.1 Questionários: um estudo com a docente .....	34
3.2 Histórias de Vida e Motivação de estudantes da EJAI .....	36
3.3 Análise Geral da Pesquisa .....	43
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>45</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>47</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>52</b>
<b>APÊNDICE A: Roteiro para entrevista com as/os estudantes.....</b>	<b>53</b>
<b>APÊNDICE B: Roteiro para entrevista com a professora.....</b>	<b>54</b>
<b>APÊNDICE C: Solicitação de autorização para pesquisa acadêmico-científica .....</b>	<b>55</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>56</b>
<b>ANEXO A: Parecer que regulamenta a inclusão do idoso como sujeito de direito na EJA em Codó-MA.....</b>	<b>57</b>

## **1 EJAI: O (RE)COMEÇO DE UMA NOVA HISTÓRIA DE APRENDIZAGEM**

A educação de jovens e adultos (EJA) é a modalidade de ensino ofertada pela rede pública brasileira e na rede privada, especialmente em EAD para os cidadãos que, por algum motivo, não conseguiram concluir ou frequentar a escola. Dessa maneira, a EJA está amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996, que estabelece a garantia de acesso à escolaridade, disponibilizando aos estudantes as competências e habilidades necessárias para desenvolver a sua educação integral.

No que diz respeito à evasão escolar, a mesma acontece quando a/o estudante deixa de frequentar a escola sem concluir seus estudos por um determinado motivo. É possível afirmar que este é um dos maiores desafios no processo educacional, que requer atenção do governo, das escolas, e dos pais, pois trata-se de um problema nacional que afeta principalmente os segmentos mais vulneráveis da sociedade. O assunto evasão é uma temática contínua em debates e reflexões históricas, e ocupa grande espaço nas políticas públicas de educação.

Dessa forma, a educação é fundamental no desenvolvimento social das pessoas, ofertando conhecimento e preparando as pessoas para encarar os desafios da vida. É um processo contínuo de conhecimento, em que a/o educador/a é um/a agente capacitado/a para efetuar mudanças na sociedade, por meio da educação como seu principal instrumento. Freire (1991), defendia a ideia de que a educação não ocorre em um vácuo social, mas sim é um “ato político” que tem o potencial de emancipar o indivíduo de sua opressão, transformando assim sua realidade.

Neste contexto, é relevante destacar que o interesse pelo tema em questão surgiu no decorrer da graduação no curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão – Campus Codó. E por meio do estágio na Educação de jovens, adultos e idosos (EJAI) manifestou-se a curiosidade de pesquisar e entender ainda mais sobre a EJAI.

A partir dos estudos realizados, fica evidente o quanto as pesquisas sobre evasão escolar e retorno na EJAI podem enriquecer de maneira significativa a formação docente, proporcionando aos professores uma compreensão mais abrangente das complexidades da educação e preparando-os para lidar com inúmeros desafios. Isso não só beneficia os futuros professores, mas também melhora a qualidade da formação ministrada aos estudantes que retornam à escola na modalidade EJAI.

Com isto, o presente estudo buscou abordar a seguinte questão de pesquisa: Que fatores contribuem para a evasão e para o retorno na EJAI? Sobre esta lógica, temos como objetivo

geral: Compreender os fatores que contribuem para a evasão e para o retorno na EJAI. Os objetivos específicos: caracterizar a história, desenvolvimento e marco legal da Educação de Jovens e Adultos (EJAI); identificar os fatores que contribuem para evasão escolar; e refletir sobre as motivações dos estudantes que optam por retomar seus estudos na escola municipal Pica-Pau no âmbito da EJAI em Codó/MA.

Metodologicamente, a pesquisa é organizada em dois momentos. No primeiro, a fundamentação teórica apresenta autores que discutem sobre as temáticas que são relevantes à pesquisa, tais como: Sergio Haddad e Maria Clara Di Pierro (2000); Moacir Gadotti e José Romão (2011); Paulo Freire (1983) entre outros, além de documentos oficiais da educação brasileira como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, o Plano Estadual de Educação (Maranhão, 2014) e o Plano Municipal de Educação (Codó, 2016). Em seguida, ocorreu a pesquisa de campo na Escola Municipal Pica-Pau, sendo empregados como instrumentos para a obtenção dos dados a observação, o desenvolvimento de questionário com a docente da referida turma observada e a realização de entrevistas semiestruturada com as/os estudantes da turma de EJAI.

A análise dos dados construídos foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, seguindo os passos descritos por Lakatos; Marconi (1991), que enfatizam a importância do registro cuidadoso e da interpretação dos dados. As informações foram agrupadas e categorizadas para identificar padrões e temas recorrentes. Foram analisadas as respostas do questionário direcionado à professora e as entrevistas semiestruturadas com as/os estudantes, permitindo uma compreensão aprofundada dos fatores que influenciam a evasão escolar e as motivações para o retorno dos estudos na EJAI.

A estrutura da monografia é organizada da seguinte forma: na introdução, são apresentados o tema, a justificativa, os objetivos e a metodologia do estudo. A seção dois aborda a evasão no contexto escolar e o retorno, organizando-se em aspectos históricos da educação de jovens adultos e idosos no Brasil, aspectos legais da educação de jovens adultos em Codó, EJA no estado do Maranhão: desbravando os caminhos, e EJAI no município de Codó. A seção três apresenta os procedimentos metodológicos, inclui dados das observações, histórias de vida e motivação das/os estudantes da EJAI, e a análise geral da pesquisa. A monografia apresenta, por último, as considerações finais, onde são apresentadas as conclusões, recomendações, limitações da pesquisa e sugestões para futuras pesquisas. Em seguida, são listadas as referências utilizadas e, por fim, os apêndices que contêm os instrumentos de coleta de dados e os documentos e formulários utilizados na pesquisa.

## 2 A EVASÃO NO CONTEXTO ESCOLAR E O RETORNO À SALA DE AULA

Segundo Ferreira (2001), evasão significa: ação de abandonar algo; desistência; abandono: evasão escolar: ação ou efeito de evadir. A questão da evasão escolar no Brasil requer atenção do governo, das escolas e dos pais, uma vez que é um assunto nacional e afeta principalmente as classes mais marginalizadas da sociedade.

Desse modo, Digiácomo (2011) afirma que:

[...] as causas da evasão escolar vão desde a necessidade de trabalho do aluno, como forma de complementar a renda da família, até a baixa qualidade do ensino, que desestimula aquele a frequentar as aulas, via de regra inexistentes, salvo honrosas exceções, mecanismos efetivos e eficazes de combate à evasão escolar tanto em nível de escola quanto no nível de sistema de ensino, seja municipal, seja estadual. A evasão escolar consiste, também, no não comparecimento dos alunos matriculados em sala de aula, sendo isso, uma das principais causas da repetência escolar, bem como desencadeando outros problemas como distorção idade/série e o próprio abandono (Digiácomo, 2011, p. 01).

Com isso, o autor evidencia que a evasão está intrinsecamente ligada não apenas ao ambiente escolar, ou seja, a mesma é influenciada por uma variedade de fatores, incluindo a desestruturação familiar, as políticas governamentais, o desemprego, o baixo desempenho acadêmico, a dinâmica escolar, entre outros.

Entende-se que a maior taxa de evasão escolar acontece nos setores rurais, em razão das condições sociais em que se encontram as pessoas. Pois, as famílias mais desprovidas financeiramente tendem a viver nestas áreas. Assim, a pobreza, pelo que se observa, é a causa do maior índice de evasão escolar. Assim, Schargel e Smink (2002, p. 9) esclarecem que “O aluno que tem fome tem dificuldade de se concentrar nas aulas; o aluno que não recebe assistência médica adequada está sujeito a fracassar nos estudos; o aluno que sofre abusos não tem condições de apresentar o rendimento que deveria”.

Baseado nisso, existem na atualidade programas sociais, com o objetivo de reduzir os impactos das desigualdades sociais que atingem grande parte da população brasileira. Esses programas são importantes no combate à pobreza e na colaboração da permanência dos estudantes de baixa renda na escola.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que possibilita, durante todos os dias letivos, no mínimo, uma refeição diária a todos os alunos matriculados no ensino público da rede de Educação Básica. O Governo Federal repassa a verba ao estado, município e às escolas federais, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento. [...], foi criado no Governo de Fernando Henrique Cardoso e implementado no Governo do Luiz Inácio Lula da Silva, o programa Bolsa Escola Federal, que tinha como base a própria Constituição Federal de 1988, que define em seu Art. 205, a educação como [...] direito de todos e dever do Estado e da família (Silva; Cardoso, 2019, p. 19-20).

As autoras destacam os programas sociais do Governo Federal que tinham como intuito promover melhorias e oportunidades no desenvolvimento das/os estudantes, proporcionando não apenas alimentação, como também colaborando para a inclusão social e integral delas/es.

A realidade é que grande parte dos cidadãos habitantes de regiões campesinas estão fora do nível escolar que corresponde a sua faixa etária, uma realidade do Brasil, principalmente nas regiões mais carentes. Isso se atribui às várias ocasiões em que muitos abandonaram a escola, não chegando à conclusão de seus estudos. A unificação dos benefícios sociais (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás), constitui, hoje, um único programa chamado Bolsa Família que é condicionado à renda mensal das famílias beneficiadas, assim cooperando com a educação e a permanência escolar das/os estudantes. O objetivo do programa é combater a pobreza extrema e a desescolarização.

A legislação brasileira estabelece responsabilidade da família e do Estado o dever de orientação da criança em sua trajetória sócio educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.394/96 é bastante clara a esse respeito quando em seu Art. 2º diz que, [...] a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996).

O propósito da EJA atualmente não se limita ao ensino da leitura, da escrita e da contagem. O papel da educação nas escolas é oferecer condições para a vida e tentar formar pessoas como pensadores críticos que ingressem no mercado de trabalho. Assim como a LDB prevê (Brasil, 1996), uma escola deve desenvolver habilidades que possibilitem a construção de conhecimentos e dos valores necessários para a conquista da cidadania, além de exercer um papel humanizado e socializador.

A Educação destinada a jovens, adultos e idosos apresenta uma identidade que a diferencia da escolarização de crianças. Neste contexto, pode-se considerar que essa diferenciação não é apenas quanto à especificidade etária, mas, primordialmente, a uma questão de especificidade sócio-histórico-cultural (Ferrari, 2011).

As práticas de ensino e as metodologias abordadas pelas/os professoras com as/os estudantes da EJAI desempenham um papel profundo no quesito evasão escolar. Conforme Amparo (2012), a infantilização das práticas pedagógicas na EJAI, que muitas vezes refletem métodos e posturas típicas da Educação Infantil, pode levar estudantes a não se identificarem com as abordagens de ensino, resultando em evasão. Nesse sentido, as/os educadoras dessa modalidade precisam promover métodos de ensino que instiguem e valorizem os conhecimentos que essas pessoas carregam consigo. É necessário, ainda, que adotem

abordagens pedagógicas que considerem as experiências de vida e diferentes ritmos de aprendizagem das/os estudantes.

Segundo Freire (2004) “O professor precisa ser curioso buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o que fazer dos seus alunos. Ele deixará de ser um lecionador para ser um organizador do conhecimento e da aprendizagem.” (Freire, 2004. p.91). Nessa perspectiva, cabe a/ao professor/a inovar suas aulas, sempre com o objetivo de promover o conhecimento e a aprendizagem das pessoas. Conforme Freire “Que o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade do pensar dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto na intercomunicação” (Freire, 1987, p.37). Portanto, por meio do diálogo, o professor deve aprimorar e modificar sua abordagem, valorizando a bagagem social e cultural das/os estudantes.

A existência de pessoas no Brasil que ainda não completaram o Ensino Fundamental é evidente no contexto atual, por conta de algumas causas relacionadas à desigualdade social, tais como exclusão, falta de emprego, moradia, e condições dignas de vida impostas a uma parcela significativa da população. São jovens que, na verdade, não têm acesso à cultura ou ao lazer, uma vez que a sua situação financeira os obriga a trabalhar em idades que só seriam adequadas para a escolaridade.

O processo de retornar à escola no ensino da EJAI pode ser desafiador, pois as/os estudantes frequentemente enfrentam a necessidade de equilibrar os estudos com outras responsabilidades, como trabalho e família. Esse retorno pode ser motivado por diversas razões, como a busca por qualificação profissional, aprimoramento da qualidade de vida e realização de sonhos pessoais, entre outros.

Na cidade de Codó/MA, onde foi realizada esta pesquisa, o Coordenador da EJAI do município relata que quando há o retorno, existem certas resistências por parte das/os estudantes em manter uma frequência assídua na escola. Em muitos casos, o motivo do retorno se dá por conta da vontade de deixar de ser analfabeto/a, aprender a solucionar seus problemas sem precisar pedir ajuda de terceiros e até mesmo ir em busca de uma melhor qualificação para ter um melhor cargo no trabalho.

Contudo, o regresso das/os estudantes na EJAI não apenas contribui para a formação educacional dessas pessoas, também desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, proporcionando oportunidades educacionais para todos/as independentemente da idade. Complementando o exposto, Oliveira (1996) coloca que o retorno à escola “significa um marco decisivo no restabelecimento dos seus vínculos com o

conhecimento escolar, libertando-os do estigma do analfabetismo e dos sentimentos de inferioridade” (Oliveira, 1996, p 25).

## 2.1 Aspectos históricos da Educação de jovens e adultos no Brasil

Moura (2003) afirma que a escola pública no Brasil teve seu início no período imperial com as reformas promovidas por Marquês de Pombal. Contudo, os adultos das classes menos abastadas que tinha intenção de estudar não encontravam espaço na reforma Pombaliana, mesmo porque a educação elementar era privilégio de poucos e essa reforma objetivou atender prioritariamente ao ensino superior.

Com a chegada da família real ao Brasil, tornou-se evidente a necessidade de mão de obra para atender e servir à realeza. Segundo Piletti (1988, p. 165), "a realeza buscava facilitar o trabalho missionário da igreja, à medida que esta convertia os índios aos costumes da Coroa Portuguesa".

No período de 1887 a 1897, durante o Império-República, surgiram grandes debates na área da educação, destacando-se as "ligas contra o analfabetismo". Essas ligas tinham como objetivo garantir o direito ao voto e pressionar o Estado a assumir suas verdadeiras responsabilidades em relação à educação, com foco na melhoria da qualidade do ensino para a população analfabeta (Paiva, 1973).

O estímulo à alfabetização é delineado pelas demandas sociais e econômicas que atravessam nossa história, exemplificado pelo direito ao voto. Este direito impulsionou a aquisição de habilidades de leitura e escrita, permitindo que jovens e adultos exercessem seu direito de participação cívica. Isso foi observado no período Imperial, com a implementação de escolas noturnas, e posteriormente no período Republicano, quando o governo manifestou preocupação com os elevados índices de analfabetismo. Nesse contexto, o analfabetismo era considerado uma desonra para a sociedade, às vezes equiparado a uma doença. Em resposta a essa realidade, foram promovidas campanhas de alfabetização com o intuito de erradicar o analfabetismo.

Assim, a história da educação no Brasil abrange diversos períodos, nos quais várias transformações e reformas moldaram o sistema educacional de acordo com as demandas de cada uma delas. A EJA percorreu trajetórias diversas, a abordagem educacional destaca-se como objeto de interesse, uma vez que integra diferentes movimentos ao longo da história da educação brasileira.

Durante 1920, chega ao Brasil o movimento da Escola Nova, precisamente após os educadores e cidadãos trabalharem para difundir este movimento, que visava ampliar o número

de escolas e melhorar as políticas públicas de Educação de jovens e adultos. O intuito deste movimento era exigir responsabilidade clara do Estado pela prestação destes serviços. As aulas deveriam ser conduzidas utilizando metodologias que permitissem aos estudantes ver, observar e criar, com base em seu cotidiano e interesses. A inovação imaginada para esse movimento educacional era no sentido mais humano e focada mais na vida dos estudantes que se formariam na escola primária, mas que não continuavam os estudos (Azevedo *et al.*, 2010).

No ano de 1934, houve a criação do Plano Nacional de Educação (PNE) que contemplou a instalação do ensino primário integral obrigatório e gratuito, com a intenção de estender essa oferta também aos adultos. Segundo Gadotti *et al.* (2011, p.43), a história da educação de adultos, no Brasil, poderia ser dividida em três períodos: de 1946 a 1958; de 1958 a 1964; e, por fim, de 1964 até os dias atuais

a) de 1946, em que foram realizadas grandes campanhas nacionais de iniciativa oficial, chamadas de “cruzadas”, sobretudo para “erradicar o analfabetismo”, entendido como uma “chaga”, uma doença como a malária. Por isso se falava em “zonas negras de analfabetismo”;

b) De 1958 a 1964. Em 1958 foi realizado o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, que contou com a participação de Paulo Freire. Partiu daí a ideia de um programa permanente de enfrentamento do problema da alfabetização que desembocou no Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, dirigido por Paulo Freire e extinto pelo Golpe de Estado de 1964, depois de um ano de funcionamento. A educação de adultos era entendida a partir de uma visão das causas do analfabetismo, como educação de base, articulada com as “reformas de base”, defendidas pelo governo popular/populista de João Goulart. Os Centros Populares de Cultura - CPCs, extintos logo depois do golpe militar de 1964, e o Movimento 23 de Educação de Base MEB apoiado pela Igreja e cuja duração foi até 1969, foram profundamente influenciados por essas ideias;

c) o governo militar insistia em campanhas como a “Cruzada” Ação Básica Cristã - ABC e posteriormente, com o MOBREAL.

Na citação de Gadotti; Romão (2011, p.43), ele aborda diversos momentos históricos da Educação de Jovens e Adultos. O primeiro momento em 1946 refere-se a um período em que o governo brasileiro criou campanhas e intitulou de “cruzadas” com intuito de combater o analfabetismo que era considerado uma doença. Neste período, foi estabelecida a institucionalização do SEA (Serviço de Educação de Adultos), criado em 1947. Possuía como propósito reorientar e coordenar os planos anuais de ensino supletivo destinados a adolescentes e adultos que não apresentavam habilidades de leitura e escrita. Esta iniciativa perdurou até 1950. Além disso, o Ministério da Educação e Cultura organizou outras duas campanhas: a Campanha Nacional do Analfabetismo (1952) e a Campanha Nacional da Erradicação do Analfabetismo (1958) (Haddad; Di Pierro, 2000).

O segundo momento, que corresponde de 1958 a 1964, ilustra a luta pela alfabetização e a educação de adultos, em que houve a ideia da criação de um programa de longa duração conhecido como o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, no qual possuiu forte participação de Paulo Freire. Porém, esta iniciativa foi interrompida devido ao golpe militar. Além do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos, diversos outros programas foram implementados, como o Movimento de Educação Base (1961), o Movimento de Cultura Popular do Recife (1961), os Centros Populares de Cultura, a Campanha de Pé no Chão também se aprende a ler e o Movimento de Cultura Popular. Todos esses esforços tinham como foco a formação democrática do ser humano, proporcionando oportunidades de escolarização para aqueles que não tiveram acesso durante a escolarização obrigatória. Durante esse período, a educação de adultos começou a ter sua identidade própria, diferenciando-se das outras modalidades de ensino (Haddad, Di Pierro, 2000).

No último comentário, Gadotti; Romão (2011) enfatiza o empenho do governo militar brasileiro com relação a alfabetização de adultos, através das campanhas como as “Cruzadas”, Ação Básica Cristã (ABC) e o Mobral. A Cruzada do ABC, era um programa que tinha objetivo de proporcionar os interesses militares, sendo um meio pelos quais o Estado pudesse colocar em prática seus ideais. Porém em 1968, houve o início de uma série de críticas e ao longo do tempo a Cruzada foi extinta (1970 e 1971). Posteriormente, veio o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), criado pela Lei nº 5.379, de 15 de novembro de 1967. Foi um programa que tinha a finalidade de atender aos excluídos do sistema escolar e, ao mesmo tempo servir aos propósitos políticos do governo militar (Haddad, Di Pierro, 2000).

A contribuição de Paulo Freire na EJA no Brasil é bastante positiva e valiosa. Em 1960, o educador se destacou por ser a principal referência teórica na alfabetização de jovens e adultos, além de trazer contribuições significativas para esse modelo de educação, coordenando vários movimentos, tais como: Movimento da Cultura Popular, Movimento da Educação de Base (MEB) e Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNEBB). Mediante a esses movimentos, surgiu uma nova concepção de educação, definida como emancipatória. Paulo Freire foi um educador que lutou pelo fim da educação elitista, com o objetivo de desenvolver uma educação libertadora e democrática, que visava partir da realidade vivida da/o estudante (Aranha, 1996).

Nessa perspectiva, Scocuglia (1999) analisa a trajetória de Paulo Freire, evidenciando seu compromisso com a extinção do analfabetismo por meio da educação para os excluídos, oriundos principalmente da classe popular. Freire criou diversas obras representando o tema em

questão, influenciando assim um grande número de pesquisadores ao redor do mundo. Ele fazia a seguinte afirmação:

A pedagogia, como pedagogia humana e libertadora, terá dois elementos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão revelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se nas práxis; o segundo, em que, transformada a realidade opressiva, esta pedagogia deixa de ser a do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (Freire, 1983, p. 44).

Deste modo, Paulo Freire tinha como foco a formação crítica das/os educandas/os e buscava constituir uma educação igualitária que possibilitasse o acesso à aprendizagem para trabalhadoras/es que não possuíram acesso à educação em idade escolar. Freire, ainda desenvolveu um método de alfabetização conhecido como o “Método da palavra geradora”, com base na realidade das/os educandas/os, levando em conta suas experiências, opiniões, costumes e histórias de vida, ou seja, a base da sua metodologia era o diálogo. Possuía uma proposta diferente do Mobral, programa criado durante o regime militar que utilizava como apoio os cartazes, fichas e família silábica. O programa do governo militar, ao mesmo tempo em que limitava a formação crítica da/o estudante, que apenas aprendia a ler e escrever sem proporcionar um ponto de vista de mundo crítico e interventora, pretendia, portanto, formar sujeitos aptos a consumir e adaptados às novas formas de produção (Bello, 1993).

Na década de 1970, destaca-se no país o Ensino Supletivo que foi idealizado como um projeto escolar voltado para uma escola do futuro, em consonância com a modernização socioeconômica dos anos 1970 no Brasil. A instituição do Ensino Supletivo prevista na Lei n. 5.692/71, resultou, contudo em uma maior oferta de educação formal de adultos, tornando-se mais variada e organizada. Com essa medida, estabeleceu-se a necessidade de distintas esferas do poder público se estruturarem e auxiliarem de alguma forma na realização dessa educação. Para Haddad; Di Pierro (2000, p. 117), três foram os princípios estabelecidos com características do Ensino Supletivo:

O primeiro foi a definição do Ensino Supletivo como um subsistema integrado, independente do Ensino Regular, porém com este intimamente relacionado, compondo o Sistema Nacional de Educação e Cultura. O segundo princípio foi o de colocar o Ensino Supletivo, assim como toda a reforma educacional do regime militar, voltado para o esforço do desenvolvimento nacional, seja “integrando pela alfabetização a mão-de-obra marginalizada”, seja formando a força de trabalho. A terceira “idéia-força” foi a de que o Ensino Supletivo deveria ter uma doutrina e uma metodologia apropriadas aos “grandes números característicos desta linha de escolarização”.

Assim, o Ensino Supletivo acabou por se opor aos experimentos realizados anteriormente, como o movimento de cultura popular, que cujo foco era ter relação com as características e grupos sociais conforme sua condição de classe. Nesse contexto, o ensino

supletivo teria de priorizar soluções técnicas para livrar-se da exclusão de grande parte da sociedade pelo sistema escolar (Haddad; Di Pierro, 2000).

Em 1985, o MOBRAL foi extinto em virtude do seu fracasso como programa de alfabetização, resultando em mais de 2 milhões de novos analfabetos no Brasil (Sauner, 2002). Logo, foi substituído pela Fundação Educar (Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos), criada no mesmo ano de 1985 e que pretendia alavancar os programas de alfabetização destinados aos que não tiveram acesso à escola, à produção de materiais pedagógicos e avaliação das atividades. No entanto, a mesma teve sua extinção ainda na mesma década, no governo de Fernando Collor.

No ano 1990 houve o lançamento do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania - PNAC, oportunizando uma ambiciosa estratégia de mobilização nacional. Entretanto, o mesmo não foi implantado devido à crise do governo do presidente Fernando Collor e pelo *Impeachment* sofrido. Com passar do tempo, o MEC destinou mais recursos para a Educação Infantil em detrimento da EJA, objetivando reduzir geração de analfabetos. A União voltou a investir na EJA no ano de 1997, com o Programa Alfabetização Solidária, que atendia os municípios com maiores taxas de analfabetismo.

Apesar dos vários programas educacionais, o país encara na primeira década do século XXI, um profundo desafio com relação à baixa escolaridade dos cidadãos, ainda com níveis elevados de analfabetismo. Segundo Almeida; Corso (2015), durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), a alfabetização de jovens e adultos tornou-se uma prioridade. Esta iniciativa foi integrada no programa de financiamento do FUNDEB, levando ao desenvolvimento de diversas ações por parte de diferentes Ministérios ao longo do período abrangido pelo programa, entre 2002 e 2006. Diversos programas foram implementados, entre eles: Brasil Alfabetizado; Saberes da Terra; PROEJA; Escola de Fábrica; Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCEJA); Consórcio Social da Juventude; Juventude Cidadã; Plano Nacional de Qualificação; Agente Jovem; Soldado Cidadão; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA); PROEP (Ministério da Educação e Ministério do Trabalho); Plano Nacional de Qualificação (PNQ) (MTE); Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da área de Enfermagem (PROFAE) (Ministério da Saúde); Programa de Assistência e Cooperação das Forças Armadas a Sociedade Civil/Soldado Cidadão (Ministério da Defesa).

Conforme Friedrich *et al.* (2010), o programa Brasil Alfabetizado "envolveu concomitantemente a geração de suas três vertentes de caráter primordialmente social para a modalidade de EJA" (p. 401). Nesse contexto, indicam que o Projeto Escola de Fábrica

oportunizou cursos de capacitação profissional para jovens entre 15 e 21 anos. O PROJOVEM, dirigido ao público jovem de 18 a 24 anos com nível educacional acima da 4ª série (atualmente 5º ano), e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA), indicados para a educação profissional e técnica no nível do Ensino Médio. É interessante mencionar que o PROJOVEM foi remodelado como PROJOVEM Urbano por meio do Parecer CNE/CEB Nº 18/2008, e atualmente é considerado uma política de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Sendo assim, o governo Lula, ao contrário dos governos anteriores, priorizou a educação de jovens e adultos em maior medida.

## 2.2 Processo histórico legal da EJA

A EJA no Brasil está sempre se reestruturando por motivos comuns e até mesmo atendendo a proveitos políticos, do mesmo modo é regida por diversos documentos legais e regulamentares que estabelecem diretrizes e princípios para a oferta dessa modalidade de ensino.

No período imperial, uma garantia de “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos” ficou estabelecida no artigo 179, inciso 32, da primeira Constituição do Brasil em 1824, por conseguinte, ficou subentendido que os adultos também estariam inclusos. Então houve um grande debate a respeito de como inserir as camadas “inferiores” (mulheres, homens e negros) no processo de formação. Infelizmente este artigo ficou apenas no papel, porém essa ideia foi implantada consecutivamente em todas as constituições brasileiras “colaborando para algumas iniciativas no sentido da educação a trabalhadores adultos nos anos seguintes” (Haddad; Di Pierro, 2000, p. 16).

A segunda Constituição Brasileira foi promulgada em 1891, que se constituiu no primeiro marco legal da República brasileira. Nesse documento, ficou estabelecido o princípio do federalismo. Assim, a responsabilidade pública pela Educação Básica foi descentralizada nas províncias e municípios e a União assumiu o ensino secundário e superior. Ao longo de um tempo, essa constituição proibiu a participação dos adultos não alfabetizados, e isso no momento em que a maioria da população adulta não sabia ler. O resultado foi uma pressão sobre os analfabetos daquela época, uma vez que as províncias e municípios os viam como um mal na sociedade. Diante disso, surgiram interesses para mudar essa situação.

O reconhecimento da EJA enquanto direito à educação de jovens e adultos, simboliza o cumprimento de um sonho no contexto do direito subjetivo, o qual vem sendo nutrido por muitos anos e que ao longo de cinco décadas permeou debates e reivindicações promovidas

através dos movimentos sociais, posteriormente constituindo uma grande conquista. Para Haddad (2007, p.8):

A EJA é uma conquista da sociedade brasileira. O seu reconhecimento como um direito humano veio se dando de maneira gradativa ao longo do século passado, atingindo sua plenitude na Constituição de 1988, quando o poder público reconhece a demanda da sociedade brasileira em dar aos jovens e adultos que não tinham realizado sua escolaridade o mesmo direito que os alunos dos cursos regulares que frequentam a escola em idades próprias ou levemente defasadas.

É importante destacar que a batalha pelo reconhecimento por esse direito teve começo na década de 30, quando no Brasil deu-se o início a construção de um sistema educacional público. Paiva (1987, p.164) destaca que "somente a partir da revolução de 30 encontraremos no país movimentos de educação de adultos de alguma significância."

Através do Decreto 4.299 de 25 de julho de 1933, foi promulgada o marco da legislação da Educação de jovens e adultos, o qual prevê a reestruturação da Educação Básica para adultos por meio das aulas noturnas e a criação dos cursos de continuação, aperfeiçoamento e oportunidades.

Nos textos legais, a educação de adultos é mencionada pela primeira vez na Constituição Federal de 1934, como responsabilidade do Estado, inclui-se também, a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva aos adultos. Dessa maneira, pela primeira vez, a Educação de Jovens e Adultos era reconhecida e recebeu um tratamento particular (Haddad; Di Pierro, 2000).

A partir da década de 1940, começou a haver um maior foco no atendimento mais expressivo à clientela de jovens e adultos. Como mencionado por Beisiegel (1974):

Não mais se confunde com as práticas que a precederam na fase anterior. Uma legislação fragmentária, que não caracterizava um compromisso das administrações regionais para com a extensão dos serviços às populações adultas, e um pequeno número de escolas mantidas pelas iniciativas estaduais, municipais e particulares, e abertas aos reduzidos contingentes de adultos.... Postula-se, agora, uma necessidade de educação de todos os habitantes adultos que deverão ser alcançados pela escola. (Beisiegel, 1974, p. 67).

Ao ser criado o Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942, 25% dos recursos passou a ser remetido ao Ensino Supletivo de adolescentes e adultos analfabetos. Lourenço Filho foi o principal incentivador da primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos, porém o que contribuiu para revitalizar o entusiasmo por essa "modalidade de ensino" foi o Primeiro Congresso Nacional de Educação. Assim, segundo Peixoto, citado por Paiva (1997), esse movimento,

[...] vai tratar a educação de adultos dentro do processo político eleitoral, após um longo recesso de atividades e das modificações ocorridas em todos os setores do país após a Revolução de 30. É a busca rápida de incorporação da grande massa de analfabetos no processo de redemocratização do país, atendendo clamores dos postulados democráticos, na crença de que a educação pudesse ter um papel importante no funcionamento do regime democrático (Peixoto, 1994 *apud* Paiva, 1997).

Em 1947, a primeira Campanha de Educação de Adultos foi realizada no Brasil, nesta época, a educação e a alfabetização de adultos começou a se estruturar. O governo federal deu início a campanha, no qual buscou usar um modelo tradicional de alfabetização. Porém, é essencial destacar que essa iniciativa abriu espaço para debate sobre a temática. Ao longo desse período, o ensino supletivo foi inserido em vários municípios. De certo modo, tal iniciativa contribuiu consideravelmente para a matrícula em cursos profissionalizantes no país.

A Constituição Federal de 1988, também conhecida como "Constituição Cidadã", contém em sua estrutura, vários artigos que abordam a Educação de Jovens e Adultos (EJA), como no artigo 205, que nos diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988, s.p.).

Vale destacar também o inciso 1º do artigo 208 da Constituição Federal, que dispõe: “I - Ser dever do Estado a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, por meio de cursos e exames que considerem as características dos alunos, seus interesses, condições de vida e de trabalho” (Brasil, 1988). Apesar do Artigo 208 não fazer menção a EJA de modo explícito, ele determina a obrigação do Estado de fornecer ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade desejada. A EJA é uma modalidade de ensino que propõe atender essa obrigação, permitindo que jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental tenham a possibilidade de retornar à escola.

A lei Nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 1996, estabelece em seu artigo 37:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.  
 § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.  
 § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.  
 § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento (Brasil, 1996).

Logo, a seção 37 da LDB estabelece a quem se destina esse ensino e o que as escolas devem considerar ao prestar serviços a esses estudantes e quais medidas as escolas podem tomar para garantir que eles permaneçam na escola.

O artigo 38 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 1996, demonstra avanço e reconhecimento da importância desta modalidade de ensino e nos informa que:

Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

1. no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;
2. no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames (Brasil, 1996, s.p.).

Assim, a EJA pode ser concluída através de exames supletivos estruturados com a Base Nacional Comum Curricular. Contudo, é importante observar as idades, no Ensino Fundamental, o estudante deve ter mais de quinze anos, e para o Ensino Médio, a idade mínima é de dezoito anos. Além disso, o parágrafo 2 do Artigo 38 da Lei nº 9.394/96 assegura que os conhecimentos e habilidades adquiridos pelas/os educandas/os informalmente, podem ser comprovados por meio de exames.

Com a promulgação da lei 9.394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação de Jovens e Adultos e do Parecer nº 11/2000, que determina diretrizes para o ensino direcionado a EJA, esta passou a ser entendida como uma modalidade de ensino integrante da Educação Básica.

De acordo com Parecer CNE/CEB nº 11/2000 (BRASIL, 2000) *apud* Guimarães (2019) destaca as Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens, Adultos. Vale ressaltar que o Parecer propõe estruturalmente três funções específicas da Educação de Jovens Adultos e Idosos:

A. Função reparadora: no sentido de direito ao acesso a escolarização bem como o direito de reconhecimento social, ou seja, essa função tem a ver com o restabelecimento de um direito que para muitos lhes foi negado.

B. Função equalizadora: no sentido de igualar as oportunidades para todos. Dessa forma buscar-se-á mecanismos que possibilitem aos alunos da EJA que sua escolarização se iguale aos dos demais.

C. Função permanente: no sentido de favorecer a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida. Essa função é centrada no ser humano e em seu caráter, tendo assim, o intuito de formar uma sociedade que tenha empatia pelo outro.

O presente parecer dirige-se às instituições de ensino que pretendem ou satisfazem a necessidade de ministrar esse ensino de forma presencial ou semipresencial para efeitos de atribuição de certificados de conclusão da Educação Básica. Essas diretrizes são fundamentais

para que possamos entender o que é essa modalidade de ensino, a quem ela pretende atender, como funciona e, por fim, sua importância para as pessoas e a sociedade que a procuram.

Dentre as inúmeras iniciativas governamentais efetuadas com a finalidade de conter o índice de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais, evidencia-se o Plano Nacional de Educação 2014/2024 (PNE). Este plano sinaliza na Meta 9 e na Meta 10, "a possibilidade de converter as estratégias em oportunidade de fortalecer a educação de jovens e adultos nas redes públicas de ensino", conforme assinala o Observatório do PNE.

[...] *Meta 9.* Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional. (12 estratégias). *Meta10.* Oferecer no mínimo, 25% das matrículas de educação de Jovens e Adultos nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação Profissional. (11estratégias) (Brasil, 2014).

É previsto que as metas e estratégias sejam executadas, pois, a história recente sinaliza repetidas frustrações pelo não alcance das propostas para a erradicação do analfabetismo. Cruz (2017, p.44) discorre:

Apesar de inúmeras iniciativas, a luta em defesa pela Educação de Jovens e Adultos emerge de uma nova compreensão. Não é uma luta em vão, é um compromisso político e não um desafio para simplesmente "erradicar" o analfabetismo, como se fosse "erva daninha" "chagas", "enfermidade". Não, analfabetismo é uma das "expressões concretas de uma realidade social injusta", como tão bem defendeu Freire (Cruz, 2017, p. 44).

É importante ressaltar que o debate no que diz respeito a EJA, acontece não apenas em âmbito nacional, por meio de Fóruns Nacionais, também em âmbito internacional através de Conferências Internacionais organizados pela UNESCO, haja vista que estas contribuíram significativamente para a elaboração de propostas de políticas para EJA no Brasil (Gustsack; Viegas; Barcelos, 2007). Além do mais, as ações relacionadas ao tema ocorrido em décadas passadas, tiveram efeitos significativos no reconhecimento atual da EJA.

Nos anos de 1990, ocorreram as Conferências Internacionais de Educação. A Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial, patrocinaram a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia (1990). Ela teve como principal objetivo discutir a grave realidade global do analfabetismo entre jovens e adultos, além dos baixos níveis de Educação Básica e das taxas de evasão escolar de crianças e adolescentes.

Ainda na década de 1990, outra iniciativa relevante foi a realização da V Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA em 1997, em Hamburgo na Alemanha, na qual foi declarado o direito de todos à educação continuada ao longo da vida. No Brasil, tal documento ainda não havia sido formulado. No entanto, o conceito de formação de jovens e adultos passou a ganhar espaço nos debates políticos, expandindo assim a visão a respeito do analfabetismo em nosso país. A VI CONFINTEA aconteceu no Brasil no ano de 2009 e teve como foco central, o exame global da educação e aprendizagem de jovens e adultos.

### 2.3 EJA no Estado do Maranhão: Desbravando os caminhos

Segundo o censo do IBGE (2022), o Estado do Maranhão localizado no Nordeste do país possui cerca de 6.776.699 habitantes. Está entre os estados mais populosos da região. No que diz respeito aos indicadores educacionais no Maranhão, observa-se até então que há índices expressivos de analfabetismo entre a população jovem e adulta. Também caracterizados por suas condições socioeconômicas desfavorecidas, residentes em áreas rurais e identificação étnica negra, enfrentavam a ausência de planejamento, provisão e exigência de oportunidades educacionais (Cruz, 2017).

Através de dados do IBGE, no Maranhão e em todo o Brasil, o analfabetismo está intrinsecamente ligado à faixa etária. A proporção de analfabetos aumenta à medida que a idade do grupo populacional avança, porém, ao incorporar de maneira progressiva os segmentos populacionais mais jovens, nota-se uma diminuição constante na taxa de analfabetismo.

Esta redução é estatisticamente relevante e segue a tendência de declínio na taxa apresentada nos anos anteriores. Apesar desse decréscimo, o Maranhão permanece na quarta posição entre as unidades federativas com a mais alta taxa de analfabetismo, mantendo a mesma posição registrada em 2019.

A EJA no Maranhão segue o mesmo percurso e reflexos do que aconteceu em âmbito nacional. Essa trajetória teve início com a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) em 1950, a qual representava o Ensino Supletivo direcionado a adultos que careciam de habilidades de leitura e escrita. Esse período testemunhou o surgimento de aulas noturnas ministradas por professores remunerados e voluntários.

Em 1960, sucedeu a Campanha Educativa no Maranhão para a EJA com o curso de alfabetização de adultos, custeado pelo Movimento de Educação de Base (MEB) por meio do Departamento de Ensino Primário da Secretaria de Educação e Cultura. Formalmente, foi o primeiro programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no contexto estadual do Maranhão (Santos, 2012).

No ano de 1967, foi implementado o Projeto João de Barro, organizado pela Secretaria de Educação do Maranhão. O Projeto estava direcionado às populações camponesas e tinha como propósito alcançar a educação integral. Destaca-se, entre as propostas educacionais voltadas para adultos, por capacitar as camadas populares a compreenderem de maneira mais aprofundada o complexo de relações sociais em que participam e, assim, agirem de forma mais consciente na luta pela emancipação.

Ainda sobre o Projeto João de Barro, de acordo com Kreutz (1982, p.78):

Após o crescimento vertiginoso dos três primeiros anos, quando a matrícula total passou de 2.779 para 75.892 alunos, iniciou-se, em 1970, um declínio nas atividades do Projeto. Provavelmente isto ocorreu como reflexo do fim do Governo Sarney e das inevitáveis mudanças que sempre ocorrem nos quadros dirigentes dos órgãos administrativos estaduais por ocasião das trocas dos governantes.

O grande desafio na implementação de programas da EJA no Estado do Maranhão está vinculado a questões de financiamento do Estado, sustentabilidade, acesso consistente ao serviço e à coordenação efetiva entre as instituições e organizações que oferecem os serviços da mesma.

Observa-se que a EJA atravessou várias formas e execuções de programas que buscaram atender às demandas de jovens e adultos que desejavam e necessitavam frequentar a escola. No Maranhão, a EJA experimentou diversas transformações, sendo constantemente guiada pela conjuntura nacional e pelas características específicas do contexto local.

Conforme SEDUC *apud* Santos (2012, p. 50):

A Campanha Nacional de Educação de Adultos se extinguiu com o funcionamento da LDB nº 4.024/61. O governo do Estado do Maranhão promulga a Lei Delegada 16/69 que criou a Divisão de Educação de Adolescentes e Adultos (DEAA), um órgão técnico-administrativo em apoio à EJA do Maranhão. Na década de 1970, foi criado o Departamento de Ensino Supletivo (DESU), exercendo em níveis federal e estadual a administração da EJA, no Maranhão [...] Em 1973, o Estado do Maranhão, através do Conselho Estadual de Educação, torna oficial o Ensino Supletivo com a Lei Nº 15/73. Que estabeleceu normas gerais para o Ensino Supletivo no Sistema de Ensino do Maranhão.

SEDUC *apud* Santos (2012) discorre uma série de eventos significativos no desenvolvimento da Educação de Adultos no Maranhão, evidenciando o impacto de mudanças legais e administrativas. Esses eventos refletem a dinâmica e as adaptações necessárias para atender às demandas educacionais específicas da população adulta no estado. Assim, apresenta um pequeno recorte de 1995 até 1998, em que o ensino supletivo no Maranhão implementa uma variedade de programas/projetos, como o Telecurso 2000, destinado ao Ensino Fundamental; o Curso Médio para Jovens e Adultos, oferecido em Imperatriz e Timon; e o Projeto Leio e Escrevo, uma iniciativa em Itapecuru-Mirim. Vale ressaltar ainda que, no ano de

2012, poucos programas direcionados à EJA estiveram em operação, caracterizando um período de baixa intervenção por parte da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) na formulação de políticas públicas destinadas a esse público.

Em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE), foi aprovado e publicado em 11 de junho de 2014, a Lei Nº 10.099/2014 referente ao Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão (PEE/MA) com o propósito de “garantir o acesso, permanência e qualidade da educação maranhense numa articulação direta com os instrumentos de planejamento e financiamento da educação” (Maranhão, 2014, p.03), com o objetivo de ultrapassar os desafios educacionais presentes na realidade maranhense. A vista disso, o documento retrata que,

No Brasil, quando tratamos da oferta de educação básica, os dados apontam para desafios de grande vultuosidade, principalmente no que se refere ao atendimento educacional com qualidade a que submetemos nossas crianças, jovens e adultos. Por condicionantes diversos, as regiões norte e nordeste concentram os piores indicadores educacionais do país, estando o Maranhão nesse contexto conflitante, concentrando déficits educacionais que precisam ser devidamente enfrentados para elevação da qualidade educacional (Maranhão, 2014, p.03).

A importância de enfrentar esses problemas educacionais no Maranhão é clara, visando melhorias significativas no cenário educacional da região. O próprio PEE/MA destaca a complexidade dos desafios enfrentados na oferta de Educação Básica no Brasil, ressaltando especialmente as dificuldades relacionadas à prestação de serviços educacionais de qualidade para crianças, jovens e adultos.

O Plano Estadual de Educação contém, 22 (vinte e duas), metas seguidas por estratégias, que tem o intuito de assegurar as condições fundamentais como uma garantia para alcançar êxito nos resultados dentro do contexto educacional do Maranhão. O Plano Estadual de Educação do Maranhão abrange todas as modalidades da Educação Básica. Para efeitos deste estudo, delimitamos as metas e estratégias cuja ênfase é a modalidade de ensino EJA.

A seguir, apresenta-se um recorte do Plano Estadual de Educação, com as metas e estratégias relacionadas à EJA:

META 10: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,1% até 2015 e, até o final da vigência deste PEE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

ESTRATEGIAS:

10.1. Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens, Adultos e Idosos como direito humano, a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria, inclusive àqueles que estão em situação de privação de liberdade e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade, bem como de medida cautelar.

[...]

10.5. Criar condições para a implantação de turmas da EJA no diurno visando à inclusão e o atendimento das necessidades dos jovens, adultos e idosos, inclusive das pessoas privadas de liberdade e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade, bem como de medida cautelar. [...]

10.14. Instituir currículos adequados às especificidades dos educandos da EJAI, incluindo temas que valorizem os ciclos/fases da vida e promover a inserção no mundo do trabalho e participação social (Maranhão, 2014).

Segundo Maranhão (2014), as metas e estratégias delineadas são cruciais para enfrentar os desafios educacionais no Estado. Assegurar a oferta gratuita da EJA é um passo fundamental para garantir que todos, incluindo os privados de liberdade, tenham acesso à educação. A criação de turmas diurnas de EJA é uma medida inclusiva que visa atender melhor as necessidades de jovens, adultos e idosos, facilitando sua participação. Além disso, a adaptação dos currículos às especificidades de educandas/os da EJA é essencial para proporcionar uma educação que valorize os ciclos de vida e promova a inserção no mundo do trabalho e a participação social. Essas estratégias, se implementadas efetivamente, podem contribuir significativamente para a erradicação do analfabetismo e a redução do analfabetismo funcional no Maranhão.

META 11: Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos na forma integrada à Educação Profissional, nos Ensino Fundamental e Médio.

ESTRATÉGIAS:

11.1. Expandir as matrículas na Educação de Jovens, Adultos e Idosos garantindo a oferta pública de Ensino Fundamental e Médio integrado à formação profissional de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora assegurando condições de permanência e conclusão de estudos.

[...]

11.4. Garantir o acesso e permanência a estudantes da EJAI no Ensino Fundamental e Médio com isonomia de condições às outras modalidades de educação básica, com possibilidade de acesso à universidade pública e gratuita.

[...]

11.8. Promover a integração da EJAI com políticas de saúde, trabalho, meio ambiente, cultura, lazer e esporte, entre outros na perspectiva da formação integral dos cidadãos (Maranhão, 2014).

Segundo Maranhão (2014), expandir as matrículas na EJA com a integração à formação profissional visa não só aumentar o nível de escolaridade, mas também assegurar que as/os trabalhadoras/es tenham oportunidades contínuas de desenvolvimento. Garantir o acesso e a permanência com condições iguais às outras modalidades de Educação Básica é crucial para promover a inclusão e possibilitar o acesso ao ensino superior. Além disso, a promoção da integração da EJAI com políticas de saúde, trabalho, meio ambiente, cultura, lazer e esporte visa a formação integral dos cidadãos, proporcionando uma educação mais holística e inclusiva.

Diante do exposto, é evidente que o documento em análise coloca como prioridade a formação integral da/o estudante na condição de estudante dessa modalidade. As metas e estratégias percorrem um percurso notavelmente delicado, abrangendo desde a inclusão na sociedade até a permanência na sala de aula, culminando na formação continuada das/os professoras/es que atuam nessa área. A responsabilidade de verificar se as instituições de ensino e os municípios estão efetivamente implementando tais estratégias para alcançar as metas estabelecidas recai tanto sobre as entidades políticas quanto a população, as quais devem assegurar o cumprimento desses objetivos dentro do prazo estipulado.

O Conselho Estadual de Educação do Maranhão (CEE/MA), dispõe da Resolução Nº144/2006 em que estabelece normas para a Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Ensino no Maranhão. A referida legislação, através de seus artigos, fornece orientações claras e específicas, que contribuem para o alinhamento e a eficácia das práticas educacionais, promovendo, assim, um ambiente propício ao desenvolvimento acadêmico e social das/os estudantes envolvidos.

Outro documento que fortalece a proposta de Educação de Jovens e Adultos no Maranhão são as Diretrizes Curriculares da Secretaria de Educação. Essas diretrizes abordam aspectos importantes da EJA para que seja eficaz, salientando a necessidade de considerar o público-alvo. Além disso, ressaltam a importância de uma equipe pedagógica capacitada para desempenhar suas funções levando em conta as particularidades desse grupo, de maneira estimulante e contextualizada. Essa abordagem destaca, sobretudo, a atenção à formação integral da/o estudantes (Maranhão, 2014).

#### 2.4 EJAI no Município de Codó

A cidade de Codó localizada no leste do Estado do Maranhão, possui cerca de 114.275 habitantes e está entre os municípios mais populosos do Estado (IBGE, 2022). Contudo, o município possui índices alarmantes de analfabetismo, dentre eles jovens e adultos.

Segundo Silva (2019), a Educação de Jovens Adultos na cidade de Codó/MA foi implementada no ano de 2001, iniciou atendendo em média 500 alunos do 1º ciclo (1º e 2º séries). A oferta dessa modalidade no decorrer dos anos foi ganhando mais espaço na atualidade, a EJAI funciona em 18 escolas no município e no campo com 14 polos onde atuam turmas do ensino formal e turmas da EJAI.

Através do Parecer Nº 001/2017-CME aprovada em 31 de maio de 2017, a EJA passou a ser denominada de EJAI no município, ou seja, por meio deste parecer se reconhece a inclusão da pessoa idosa como sujeito de direito da Educação de Jovens, Adultos e Idosos no município

de Codó/MA. De acordo com as pesquisas acerca da modalidade no município, ainda é pouca a procura por parte das/os interessados em se matricular nessa modalidade. Mesmo que exista uma alta demanda, na maioria das vezes, é necessária busca intensa e até mesmo diária para captação de estudantes. Com intuito de atrair esse público, existem campanhas de matrículas através de publicidades em carros de som, rádio e redes sociais. Para incentivar a participação nas aulas ocorre as visitas domiciliares, essas ações visam sensibilizar e informar os idosos sobre a importância e os benefícios da EJAI, incentivando sua participação e engajamento no processo educacional (Silva, 2019).

A respeito de programas de capacitação para os professores de EJAI, o município possui uma parceria com a Editora Imeph, que é brasileira e trabalha no desenvolvimento de projetos, avaliação discente/docente, acessória - técnico pedagógica, promoção de eventos, criação de livros e materiais didáticos para o setor da educação, e atua na formação de professores, onde ofertam duas formações durante ao ano no município. Uma acontece no mês de maio e outra em setembro. Há também formação sobre direito e saúde, oferecida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, juntamente com as Secretarias de Saúde e Ação social. No entanto, o currículo do município que deve servir como base para as práticas pedagógicas na EJAI encontra-se desatualizado.

A modalidade de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), é abordada no Plano Municipal de Educação do município de Codó, exatamente nas metas 08,09,10 e juntamente com suas respectivas estratégias. A seguir, fazemos um breve delineamento do Plano Municipal de Educação do referido município, focando em metas e estratégias correspondentes relacionadas à EJAI:

META 08: Elevar a escolaridade média da população a partir de 18 anos, de modo a alcançar no mínimo, dez anos de estudos até o último ano de vigência deste PME, para quilombolas, ribeirinhas, população do campo, comunidades tradicionais da região de menor escolaridade no país e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, com vistas à redução da desigualdade social. Estratégias: [...]

8.2 – Implementar programas de educação de jovens, adultos e idosos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial; [...]

8.4 – Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e monitoramento de acesso à escola específica para os segmentos populacionais considerados, identificando motivos de ausência e baixa frequência, estabelecendo em regime de colaboração a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino (Codó, 2015).

De acordo com o Plano Municipal de Educação (Codó, 2015), as metas e estratégias delineadas são fundamentais para reduzir as desigualdades sociais através do aumento da escolaridade média da população a partir de 18 anos, com um foco especial em grupos tradicionalmente marginalizados, como quilombolas, ribeirinhos e a população do campo. A implementação de programas de EJA extraescolares, associada a estratégias que garantam a continuidade da escolarização, é essencial para alcançar esses objetivos. Além disso, a parceria com áreas de saúde e assistência social para monitoramento e apoio à frequência escolar visa garantir que esses estudantes tenham as condições necessárias para permanecer na escola e progredir em seus estudos. Essas medidas são cruciais para promover a inclusão educacional e reduzir as disparidades sociais no município de Codó.

META 09: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2018 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional em nosso Município. Estratégias: [...]

9.3 – Implementar ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos com garantia de continuidade da escolarização básica; [...]

9.7 – Assegurar a oferta de educação de jovens, adultos e idosos, nas etapas de ensino fundamental, às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração; [...]

9.10 – Assegurar a permanência do Núcleo de Alfabetização e Acesso a Educação de Jovens, Adultos e Idosos, visando à redução do analfabetismo no município para garantir o acompanhamento e monitoramentos das turmas de EJA (Codó, 2015).

No Plano Municipal de Educação (Codó, 2015), a meta 09 é elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2018 e, até o final da vigência do PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional em Codó. As estratégias para atingir essa meta incluem implementar ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos com garantia de continuidade da escolarização básica; assegurar a oferta de educação para pessoas privadas de liberdade, garantindo formação específica dos professores e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração; e, assegurar a permanência do Núcleo de Alfabetização e Acesso à Educação de Jovens, Adultos e Idosos, visando à redução do analfabetismo no município e garantindo o acompanhamento e monitoramento das turmas de EJA. Essas medidas são fundamentais para promover a inclusão educacional, melhorar os índices de alfabetização e reduzir as desigualdades sociais no município, oferecendo oportunidades educacionais para todos os segmentos da população.

META 10: Oferecer no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, no Ensino Fundamental, na forma integrada à educação profissional. Estratégias: [...]

10.6 – Implementar mecanismo de reconhecimentos de saberes dos jovens, adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos; [...]

10.9 – Garantir a promoção e integração da EJAI com políticas de saúde, trabalho, meio ambiente, cultura, lazer e esporte, entre outros na perspectiva da formação integral dos cidadãos (Codó, 2015).

A meta 10 propõe oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos no Ensino Fundamental na forma integrada à educação profissional. As estratégias para alcançar essa meta incluem implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, que serão considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial, continuada e dos cursos técnicos, além de garantir a promoção e integração da EJAI com políticas de saúde, trabalho, meio ambiente, cultura, lazer e esporte, entre outros, na perspectiva da formação integral das/os cidadãs/ãos. Essas ações são essenciais para proporcionar uma educação mais completa e inclusiva, valorizando os conhecimentos das/os estudantes e integrando diversas áreas para promover um desenvolvimento holístico e sustentável da população atendida.

Diante disso, é notório que o documento apresenta metas e estratégias voltadas para a diminuição das desigualdades sociais através do acesso à educação e da erradicação do analfabetismo entre jovens e adultos, sobretudo aqueles historicamente excluídos da sociedade. Essas metas incluem a promoção de parcerias baseadas na frequência e na aprendizagem escolar, integrando o ensino com outras áreas, como saúde, trabalho, meio ambiente, cultura, lazer e esporte, com o objetivo de oferecer uma formação ampla e holística aos cidadãos.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O delineamento adotado para este estudo possui uma abordagem qualitativa, na qual há intenção de investigar a problemática em questão, trazendo questionamentos/reflexões que envolvem a evasão e o retorno na EJAI. Por isso, entende-se que:

A pesquisa qualitativa (...) está relacionada aos significados que as pessoas atribuem às suas experiências do mundo social e a como as pessoas compreendem esse mundo. Tenta, portanto, interpretar os fenômenos sociais (interações, comportamentos, etc.), em termos de sentidos que as pessoas lhes dão; em função disso, é comumente referida como pesquisa interpretativa (Brandão, 2001, p.13).

Em geral, a pesquisa qualitativa conforme descrita por Brandão (2001), distingue-se pela abordagem interpretativa, atentando para os significados que as pessoas atribuem às suas experiências sociais. Esta abordagem é útil para investigar a complexidade e a diversidade do comportamento humano em contextos sociais.

Dessa forma, empregou-se inicialmente um estudo bibliográfico por intermédio de artigos, periódicos de revistas eletrônicas e livros, onde foi encontrado vários autores, dentre eles, os mais utilizados são: Leite (2013); Freire (1991); Moura (2003); Azevedo *et al.* (2010); Gadotti *et al.* (2011); Digiácomo (2011); Ferrari (2011). Na etapa documental, foram utilizados documentos oficiais da educação brasileira, sendo eles a Constituição Federal (1988); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996); Parecer CNE/CEB (2000); o Plano Estadual de Educação (Maranhão, 2014); e o Plano Municipal de Educação (Codó, 2015). Estes documentos serviram como contribuição teórica para o avanço deste trabalho.

Logo em seguida, a etapa de campo por meio de observação e entrevistas realizadas com o público-alvo do estudo. Para Moresi (2003), a pesquisa de campo trata-se da análise empírica realizada no local onde um fenômeno ocorreu ou ocorre, ou onde estão disponíveis elementos que podem ser usados para elucidar o fenômeno. Este método envolve métodos como entrevistas, questionários, testes e observações, com ou sem participação.

As observações da pesquisa foram realizadas na Escola Municipal Pica-pau, localizada na cidade de Codó/MA, Rua São Miguel s/n, Bairro Codó-Novo. A escola está situada em uma das áreas periféricas da cidade e funciona nos três turnos. A escolha desta escola é motivada pela disponibilidade do ensino EJAI próximo onde resido e também foi o mesmo local que realizei o estágio. A sala de aula em que ocorreu as observações é uma turma de segundo e terceiro ciclo do ensino de Educação de Jovens, Adultos e Idosos. A mesma possui cerca de 07 alunos e 01 professora titular.

**Figura 1** - Entrada da Escola



**Fonte:** Acervo da autora, 2024.

Na Figura 1 retrata a entrada da escola. Ela possui uma boa estrutura, com quatro salas de aula, todas equipadas com ventiladores, carteiras e mesas; uma sala de professores; uma cozinha, uma diretoria, um banheiro para funcionárias/os; dois banheiros, sendo um masculino e outro feminino; uma sala de informática (desativada); uma sala nos fundos da escola. Também possui os seguintes equipamentos: computador, impressora, caixa de som. A equipe administrativa da EJAI é composta por uma gestora (a mesma do turno matutino e vespertino), um coordenador pedagógico; uma assistente administrativa; uma zeladora; e, dois vigias.

Em relação aos procedimentos de coleta de dados no *lócus* da pesquisa, destaca-se que este é um momento significativo para a investigação, conforme enfatizado por Lakatos; Marconi (1991, p. 22).

Nesta etapa de investigação são aplicados os instrumentos determinados e utilizadas as técnicas selecionadas para que se efetue a coleta dos dados referentes à pesquisa. Esta tarefa existe grande esforço do pesquisador, que deve ter grande cuidado no registro desses dados.

A técnica de construção de dados utilizada foi o questionário com a professora da turma e entrevista semiestruturada com as/os estudantes da turma observada. No que diz respeito ao instrumento questionário utilizado, tratar-se de um “[...] conjunto de questões sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos da pesquisa,

com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre o assunto em estudo” (Severino, 2007, p.125).

Com relação à entrevista, de acordo com Batista *et al.* (2017), corresponde a uma técnica empregada para a coleta de dados sobre um fenômeno específico. Ela destaca-se como a abordagem mais prevalente no trabalho de campo. Nela, as/os pesquisadoras/es buscam obter informações tanto objetivas quanto subjetivas.

Após a construção dos dados, as análises e interpretações das informações obtidas sobre a evasão e o retorno na EJAI foram fundamentais para uma melhor compreensão dos motivos para evasão e retorno, bem como para uma melhor organização dos dados obtidos. As análises foram realizadas utilizando técnicas de análise qualitativa, onde os dados foram categorizados e interpretados para identificar padrões e significados relevantes. A partir dessas análises, foi possível elaborar um panorama detalhado sobre os fatores que influenciam a evasão e o retorno de estudantes na EJAI, fornecendo percepções valiosas para a melhoria das práticas educativas e a implementação de políticas públicas mais eficazes no município de Codó/MA.

### 3.1 Questionários: um estudo com a docente

Nesta etapa da pesquisa, são relatados os resultados encontrados a partir da análise dos dados coletados por meio do questionário com a professora da turma de EJAI. O questionário foi elaborado com seis perguntas e enviado para professora em formato de documento word, por meio do aplicativo de mensagens *whatsapp*, em alguns dias, a professora devolveu o documento com todas as perguntas respondidas. Por questões éticas, o nome da professora será mantido em sigilo, sendo identificada apenas como Ana.

Inicialmente, buscou-se identificar o perfil da professora Ana em relação a sua formação, assim como o tempo de atuação na modalidade. Ela respondeu: “Graduação em Pedagogia e Pós-graduação em Gestão e Supervisão Escolar e há nove anos leciono na modalidade EJAI.” (Resposta concedida pela professora em 30/05/2024).

Para Garcia (1999, p. 26), o campo da formação docente:

[...] é a área de conhecimentos, investigação e de propostas teóricas e práticas que, no âmbito da Didática e da Organização Escolar, estuda os processos através dos quais os professores se implicam individualmente ou em equipe, em experiências de aprendizagem através das quais adquirem ou melhoram seus conhecimentos, competências e disposições [...].

Em síntese, Garcia (1999) destaca a importância da preparação de professoras/es como uma experiência prática e interativa que aborda processos de aprendizagem individuais ou em grupo e leva em conta tanto a teoria de ensino quanto a prática em sala de aula.

Ao ser questionada se conhece a história e alguns dos principais documentos que norteiam a EJA, a professora Ana afirmou que sim e complementou: “Lei de diretrizes e bases da educação. EJA foi criado para dar oportunidade para aqueles que não tiveram acesso na infância” (Resposta concedida pela professora Ana em 30/05/2024).

Como visto na fundamentação teórica deste estudo e na resposta da Professora Ana, a EJA é uma modalidade de ensino amparada por leis, tal como a Constituição Cidadã e a LDB/96, sendo voltada para pessoas que não tiveram acesso à escola por alguma situação durante infância e juventude.

Entende-se, que a EJA é um direito importante e valioso, uma condição prévia para que o cidadão possa interagir com aspectos básicos da sociedade: ler livros; escrever ou entender cartazes; sentar à frente de um computador e saber manuseá-lo; votar com consciência e escrever o próprio nome em registros; ler um manual de instrução; e, tratando-se de poetas e músicos, escrever e ler seus próprios versos e notas (Cury, 2001).

No próximo questionamento, a professora Ana foi convidada a explicar sua opinião a respeito do que levou esses estudantes a evadirem na Educação Básica. Ela respondeu o seguinte: “Muitos deles não tiveram oportunidade de acesso, porque moravam na zona rural e não tinha escola próximo e também tinha que ajudar seus pais na lavoura” (Resposta concedida pela professora em 30/05/2024).

Leite (2002, p.79) discute o trabalho da criança como auxiliar na sobrevivência da família da seguinte forma: “[...] Nem sempre a escola se estabelece como força entre os rurícolas, pois se tratando de sobrevivência material da família, o trabalho em si é mais forte que a escolarização, o que muitas vezes leva à família rural em direção oposta a escola”.

Observa-se que as necessidades socioeconômicas das famílias brasileiras refletem uma realidade comum em muitas regiões camponesas, onde o trabalho infantil, nesse contexto, é visto como uma necessidade econômica para complementar a renda familiar. Isso cria um conflito entre a necessidade de trabalho e o direito à educação, levando muitos jovens a abandonar a escola para apoiar suas famílias.

Ao ser questionada sobre os motivos do retorno desses sujeitos aos estudos, a professora relatou: “Para aprenderem a escrita do próprio nome, a reconhecer preços de mercadorias, quando forem fazerem suas compras e alguns para lerem a Bíblia e outros pela busca de oportunidades” (Resposta concedida pela professora em 30/05/2024). Assim, o retorno à escola “significa um marco decisivo no restabelecimento dos seus vínculos com o conhecimento escolar, libertando-os do estigma do analfabetismo e dos sentimentos de inferioridade” (Oliveira, 1996, p. 37).

São vários os motivos e objetivos do retorno à escola, é notável que o desejo pessoal de leitura e escrita desses estudantes está vinculado às necessidades práticas e diárias, que para eles é aspirações de melhoria de vida, empoderamento e inclusão social, o que para muitas pessoas parece ser algo simples.

Por fim, perguntamos como ela costuma envolver as/os estudantes para que participem ativamente das atividades em sala de aula. Ela relatou: “Procuro construir uma relação familiar na sala de aula, onde compartilhamos os acontecimentos de nossas vidas, onde um apoia o outro” (Resposta concedida pela professora em 30/05/2024).

De acordo com essa declaração, a professora e as/os estudantes são seres humanos que perpassam por situações diariamente, devido a quaisquer problemas ou emoções, que se fazem presentes dentro da sala de aula de forma indireta ou direta. Para que a aprendizagem ocorra de forma mais eficaz, é necessário que haja afetividade entre, a professora e as/os estudantes na EJAI.

Libâneo (2012) ressalta que a escola deve valorizar novas formas de organizações das relações humanas, em que prevaleça a integração social, o respeito e a convivência entre o que é diferente, o compartilhamento de cultura, o encontro e a solidariedade entre os indivíduos. São relações que ensinam e promovem aprendizagem ao mesmo tempo, onde a proximidade, a empatia e a afetividade são cruciais para que nós, como humanos, possamos atribuir significado a estas novas descobertas.

### 3.2 Histórias de Vida e Motivação de estudantes da EJAI

A seguir, será apresentado os resultados obtidos por intermédio da entrevista semiestruturada com as/os estudantes da EJAI. Foram entrevistados sete estudantes sendo quatro mulheres e três homens, as entrevistas ocorreram de modo presencial e individual através de gravação de áudio, no momento da entrevista foram realizadas cinco perguntas para cada aluno, após as entrevistas todas as gravações de áudios foram transcritas para o notebook.

Os nomes das participantes serão mantidos em sigilo por questões éticas. Ao longo do trabalho, eles serão reconhecidos através do uso de pseudônimos, tais como: Antônia, Cícero, Filomena, Rodrigo, Pedro, Joana e Paula. Procuramos iniciar a entrevista conhecendo um pouco mais delas/es. Para isso, coletamos algumas informações com relação a eles, assim como, nome, idade, naturalidade, profissão/ocupação.

As informações dos participantes do projeto estão no Quadro 1:

**Quadro 1** - Identificação dos/as participantes da pesquisa

Participantes	Idade	Naturalidade	Profissão/Ocupação
<b>1 – Antônia</b>	49 anos	Codó/MA	Lavadora
<b>2 – Cícero</b>	62 anos	Ouro Preto/MA	Lavrador
<b>3 – Filomena</b>	63 anos	São Raimundo – Zona rural de Codó/MA	Dona de casa
<b>4 – Rodrigo</b>	59 anos	São Raimundo do Borges – Zona rural de Codó/MA	Ajudante de Pedreiro
<b>5 – Pedro</b>	43 anos	Iguatu/CE	Lavrador
<b>6 - Joana</b>	57 anos	Talpacho – Zona rural de Codó/MA	Lavadora
<b>7 – Paula</b>	54 anos	Codó/MA	Lavadora

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2024.

Através do Quadro 1, é possível constatar que a maioria das/os estudantes que estão matriculados na turma de segundo e terceiro segmento EJAII na escola Pica-Pau, têm idade entre 43 e 63 anos. Ao que concerne às profissões/ocupações listadas, foram declaradas pelos próprios entrevistados: as/os estudantes que trabalham como lavradoras/es são pessoas provenientes de comunidades campesinas, que, mesmo residindo na cidade, ainda retornam ao campo para realizar trabalhos agrícolas; a profissão de dona de casa refere-se a uma mulher que cuida das tarefas do lar; e, a profissão de ajudante de pedreiro é desempenhada por um homem que busca o sustento de sua família por meio deste trabalho.

Ao perguntar a/os estudantes entrevistadas/os sobre com que idade estudaram e qual o motivo de eles terem deixado os estudos no passado, eles responderam da seguinte maneira:

**Quadro 2** - Idade e motivo de ter deixado os estudos

Participantes	Respostas
<b>Antônia</b>	Eu tinha 13 anos quando comecei a estudar, mas não fiquei nem dois meses na escola, tive que parar para ajudar a minha mãe na criação dos meus irmãos.
<b>Cícero</b>	Eu nunca estudei, comecei a estudar agora já tem um ano que estou aqui na escola, o motivo de eu nunca ter ido é que meus pais não se interessaram em me colocar na escola e eu nunca tive a oportunidade.
<b>Filomena</b>	Eu parei de estudar aos 16 anos, não lembro até qual série estudei, era em uma escola do interior, parei de estudar por que casei e tive filhos.
<b>Rodrigo</b>	Eu parei de estudar tinha 10 anos, eu estudava na zona rural e parei de estudar por que não tinha pensamento né, menino, só queria brincar de correr, vadiar e os pais não se importavam muito, acabava levando a gente para roça também.
<b>Pedro</b>	Eu não estudei quando criança, não tive a oportunidade, meu pai me levava era para roça. Comecei a frequentar a escola com 22 anos, mas logo parei por conta do trabalho.
<b>Joana</b>	Eu nunca havia estudado antes, eu era bem criança e meus pais saíam para trabalhar e deixava para cuidar dos meus irmãos, então esse o motivo de não ter ido à escola.

<b>Paula</b>	Não frequentei a escola, por que desde cedo estava trabalhando na roça.
--------------	---

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2024.

Nesse sentido, percebe-se que esses indivíduos não tiveram acesso à educação, e aqueles que tiveram, o fizeram em idade acima da esperada. Estas declarações refletem as diversas barreiras que impediram muitos das/os entrevistadas/os ter acesso aos estudos durante a infância. Esses estudantes, por serem pobres, não tiveram a oportunidade de adentrar no sistema educacional. Assim, essa relação entre a educação e pobreza está intrinsecamente relacionada aos problemas das camadas inferiores com a educação, seja por falta de políticas públicas para suprir suas necessidades escolares, seja por questões sociais que os englobam (Silva, 2016).

Quando Antônia e Joana relatam que não frequentaram a escola porque tinham que ajudar em casa na criação de seus irmãos, percebe-se a necessidade de muitas crianças assumirem responsabilidades familiares, principalmente de cuidar dos irmãos mais novos devido à ausência dos pais o que se torna um problema recorrente, sacrificando então a sua escolarização.

As falas de Paula, Pedro, Rodrigo e Cícero demonstram a desvalorização e a falta de interesse ou de valor dado à educação por parte dos pais. Também reforça como o trabalho rural impediu o acesso à educação na infância e como, mesmo na vida adulta, a necessidade de trabalhar pode interromper tentativas tardias de escolarização. A dedicação ao trabalho rural desde a infância é uma barreira significativa para a educação.

Através do trecho da entrevista com Filomena, observamos que o casamento e a gravidez na adolescência têm sido descritos como importante obstáculo ao desenvolvimento escolar. Muitas mulheres jovens assumem desde cedo responsabilidades familiares, o que as impede de continuar os seus estudos. De acordo com Grimes (1993), há uma significativa limitação nas oportunidades educacionais, econômicas e sociais, impactando de forma negativa esses aspectos na vida das pessoas. Este fenômeno é comum especialmente em comunidades de baixa renda, como o caso de Filomena.

As declarações apresentam um quadro em que a pobreza, a necessidade de trabalho infantil, as responsabilidades familiares e a desvalorização da educação criam um ciclo difícil de romper, dificultando o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes.

No que diz respeito ao motivo de retornarem aos estudos na EJAI, responderam o seguinte:

**Quadro 3** - Motivo do retorno aos estudos na EJA

Participantes	Respostas
<b>Antônia</b>	Para aprender a botar meu nome, ler alguma coisa, saber de alguma coisa porque a gente não saber ler não é bom, é ruim demais, porque tudo que você vai fazer os outros tem que saber primeiro do que a gente né.
<b>Cícero</b>	Para aprender algo, por que hoje em dia é tão ruim não saber de nada, para que eu possa chegar no supermercado saber o nome das coisas, saber mexer em um celular, por que hoje tudo necessita da leitura.
<b>Filomena</b>	Por que eu tenho vergonha de andar nos lugares e não conhecer nada e como sou evangélica vou para igreja e não conheço nada na bíblia e eu quero conhecer e aprender ler as palavras na bíblia.
<b>Rodrigo</b>	O motivo foi para aprender um pouco a ler e escrever, saber assinar o nome em um papel, pois dá vergonha a pessoa pedir para a gente assinar ou ler algo e não saber, faz vergonha.
<b>Pedro</b>	Por que eu pretendo conhecer coisas melhores na vida, por que a pessoa não saber das coisas é ruim e tenho certeza que vou conseguir conquistar muitas coisas boas através dos meus estudos.
<b>Joana</b>	Por que eu acho ruim não saber ler, olhar os outros saber ler e a gente olha no papel e não saber nada
<b>Paula</b>	Para aprender assinar o nome e tirar o documento eu mesma assinando e ler também por que é ruim ficar pedindo para os outros ler as coisas da gente.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2024.

Antônia, Rodrigo, Joana e Paula descrevem que o motivo de retornarem aos estudos é devido a dependência que a falta de alfabetização gera. A dificuldade de ler e escrever obriga a pessoa a depender dos outros para concluir tarefas simples, o que pode ser humilhante e frustrante, até mesmo na leitura de documentos pessoais, que é essencial para manter a privacidade e a autonomia do ser humano.

Na entrevista com Cícero, é possível notar a importância da leitura na vida moderna, a capacidade de ler e escrever é crucial para tudo, desde fazer compras até usar tecnologia. Portanto, a alfabetização é uma ferramenta que permite explorar o mundo de forma independente, como o desejo de Cícero.

Na entrevista com Filomena, ela revela a vergonha por não saber ler, por ser evangélica. Foi por isso que ela decidiu retornar aos estudos, para aprender a ler a Bíblia. Nesse contexto, a alfabetização é vista como um meio de fortalecer sua identidade e pertencimento nas atividades religiosas e sociais.

Pedro, diferente dos demais, expressa uma visão de interesse na educação, como um meio para melhorar a vida. É visto que a alfabetização é uma via de acesso para novas oportunidades e conquistas pessoais e profissionais.

Nas falas de cada entrevistada/o, percebe-se que a alfabetização é vista como um avanço essencial para a independência, a dignidade e a participação plena na sociedade. O desafio e a

frustração por não serem capacitados a ler e escrever obrigaram esses indivíduos a buscar uma educação, compreender sua relevância na vida diária e no alcance de suas metas individuais.

Segundo Lira; Miranda (2017), as/os estudantes retomam os estudos em busca de ascensão social e financeira, além de sentirem-se inseridas/os, por estarem no processo de aprendizado da escrita e da leitura. Dessa forma, ao retornarem para a sala de aula da EJAI, as pessoas ganham mais autoestima; como é o caso daquelas/es que buscam assinar seu nome. Estas/es procuram um reconhecimento social.

Acerca de como conheceram a EJAI, as/os entrevistadas/os responderam da seguinte forma:

**Quadro 4 - Como conheceu a modalidade de ensino EJAI?**

Participantes	Respostas
<b>Antônia</b>	A professora passou na minha casa, todo ano quando começa as professoras sempre passava eu nunca tive aquela vontade de ir, aí agora com essa viajada meu filho me incentivou eu ir para a escola, aí isso que é o motivo de eu ter vindo mais, foi o incentivo do meu filho.
<b>Cícero</b>	Eu soube pelos meus vizinhos eles falavam “alí tem uma escola que tá matriculando as pessoas”, e eu vim por que estava interessado em aprender.
<b>Filomena</b>	Eu conheci por quê a professora passou lá em casa convidando.
<b>Rodrigo</b>	Foi a professora que passou lá em casa e fez o convite para a minha mulher, aí ela me chamou também e eu vim pois queria aprender também um pouco.
<b>Pedro</b>	Através da minha esposa, ela sempre me incentivou e me ajuda muito, eu tinha um pouco de vergonha de começar do zero, mas graças a Deus tô conseguindo superar.
<b>Joana</b>	A professora passou lá em casa, mas quis logo vim não, depois a minha amiga que também estuda aqui me convidou e me trouxe.
<b>Paula</b>	A professora passou nas casas.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2024.

Os depoimentos de Antônia, Filomena, Rodrigo, Joana e Paula nos provam que a presença ativa de professoras/es na comunidade é fundamental para que adultos decidam retomar ou iniciar seus estudos. O incentivo e apoio de familiares, amigos e vizinhos, como também a disseminação de informações boca a boca são elementos cruciais que ajudam a quebrar barreiras e motivar a busca pelo aprendizado, como ilustrado no relato de Cícero.

Para garantir o acesso à educação e promover a inclusão, é fundamental que as/os professoras/es valorizem, compreendam e motivem as/os estudantes da EJAI. Quando as/os educadoras/es se envolvem na comunidade e procuram ativamente as/os estudantes, elas/es não apenas facilitam o retorno à sala de aula, mas também mostram que estão comprometidas/os com o direito de todas/os à educação.

Através da resposta de Pedro percebe-se que o apoio constante da esposa foi fundamental para ele superar a insegurança e a vergonha de iniciar os estudos como estudante adulto. Esta declaração de Pedro evidencia como o apoio emocional e prático do cônjuge pode ser transformador. “Não há razão para se envergonhar por desconhecer algo, testemunhar a abertura dos outros, a disponibilidade curiosa a vida, a seus desafios, são saberes necessários á pratica educativa” (Freire, 1999, p.153).

Quanto aos desafios que tiveram ao retornar aos estudos como estudantes adultos e se pensam em desistir dos estudos, responderam da seguinte maneira:

**Quadro 5** - Desafios ao retornar aos estudos e se pensam em desistir de estudar

Alunos	Respostas
<b>Antônia</b>	Só a vista que não é muito boa e a memória que é mais ruim do que a da criança, a dificuldade é maior para aprender as coisas. Quero continuar e seguir até onde eu puder e aguentar.
<b>Cícero</b>	O problema mais sério que encontro é o cansaço depois do dia de trabalho, mas mesmo cansado ainda venho. Quero continuar, quero aprender mais por quê é tão ruim quando a gente não sabe nada.
<b>Filomena</b>	Sinto só o cansaço do dia a dia mesmo, mas mesmo assim venho, pois quero aprender. Ainda não pensei em desistir, quero continuar até aprender.
<b>Rodrigo</b>	É o cansaço e ter que vim a noite também. Não quero desistir, mas às vezes quando tô cansado não dá vontade de vim, mas depois paro e penso um pouco.
<b>Pedro</b>	Tenho dificuldade em formar palavras. Não pretendo desistir, quero continuar firme por que quero aprender o mais rápido possível.
<b>Joana</b>	Só a visão que não é muito boa. Ainda não, às vezes não venho todo dia por que vou para roça.
<b>Paula</b>	O cansaço e a memória que já tá falhando por causa da idade. Já pensei em desistir sim, mas quero continuar para aprender mais as coisas.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2024.

Antônia cita os desafios significativos envolvidos em problemas de visão e memória. Apesar desses desafios, ela tem um forte desejo de continuar aprendendo e uma determinação admirável.

O cansaço depois do trabalho é mencionado por Cícero como seu maior desafio. Possui bastante vontade de aprender, revela um profundo compromisso com a educação, motivado pela sensação de desconforto de não ser uma pessoa alfabetizada.

O cansaço diário é algo que Filomena também menciona, mas isso não minimiza a sua determinação. Ela enfatiza que está empenhada em continuar até que seus objetivos educacionais sejam alcançados.

Rodrigo enfrenta o cansaço e a necessidade de frequentar aulas à noite. Embora tenha momentos de desânimo, ele reflete e encontra motivação para continuar demonstrando resistência.

Pedro encara desafios particulares, como na formação de palavras. Seu desejo de aprender rapidamente e sua determinação em superar este obstáculo mostram uma grande motivação e comprometimento.

Joana cita como desafios o problema de visão e a necessidade de trabalhar na roça. Embora essas dificuldades afetem a frequência, ela ainda assim se esforça para continuar seus estudos.

Paula enfrenta o cansaço e dificuldades de memórias vinculadas à idade. Embora já tenha considerado desistir, a vontade de aprender é motivação para permanecer, evidenciando uma forte vontade de superação.

Diante das respostas, as/os entrevistadas/os revelam as dificuldades que enfrentam ao voltar à escola na fase adulta e seu forte desejo de continuar aprendendo, apesar dos obstáculos e das diversas dificuldades como problemas de saúde, cansaço e responsabilidades diárias. Elas/es demonstram uma determinação considerável em continuar seus estudos. Segundo Nogueira; Ribeiro (2016), a permanência desses estudantes está relacionada aos seus desejos e determinações. Portanto, esses estudantes enfrentam o que for possível para alcançar seus objetivos. Isso sublinha a importância do apoio e das adaptações educacionais para atender às necessidades específicas desses aprendizes adultos, sobretudo, aquelas que se relacionem com o projeto de vida das/os estudantes.

Arroyo (2011, p. 25) afirma que essa modalidade de ensino deve ter um significado educativo especial, pois se trata de jovens e adultos carregados de experiências, provenientes de "múltiplos espaços deformadores e formadores onde participam". Elas/es ocupam espaços onde é exigida a leitura e a escrita, além de um conhecimento sistematizado que vai além das capacidades adquiridas.

Para concluir, questionamos eles sobre o que pretendem alcançar com seus estudos e responderam o seguinte:

**Quadro 6 - O que pretendem alcançar com seus estudos**

Participantes	Respostas
<b>Antônia</b>	Aprender a ler e colocar meu nome nos documentos eu mesmo assinando e chegar nos lugares e saber o que tá escrito ali na minha frente.
<b>Cícero</b>	Ler e escrever alguma coisa.
<b>Filomena</b>	Só saber ler mesmo, saber o nome das ruas e saber colocar meu nome também.
<b>Rodrigo</b>	Aprender o básico ler e escrever.
<b>Pedro</b>	Ler e escrever, saber mandar mensagens, futuramente fazer um curso e conquistar coisas melhores através do meu esforço e estudo.
<b>Joana</b>	Eu pretendo aprender a ler, colocar o nome, saber o nome dos lugares.

<b>Paula</b>	É só saber ler e escrever mesmo, saber comparar os preços das coisas no supermercado, por tá tudo mais caro agora.
--------------	--

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2024.

Antônia, Filomena e Joana, quando questionadas sobre o que pretendem alcançar com os estudos, de forma semelhante, enfatizaram a necessidade prática de ler; conhecer os nomes das ruas e assinar seu próprio nome. Isso reflete o desejo de se tornar independente no seu cotidiano.

Já Cícero, Rodrigo e Paula buscam o aprendizado das habilidades básicas de leitura e escrita, indicando um ponto de partida essencial para outras aprendizagens e conquistas. Como uma simples prática de comparar preços no supermercado, o que pode impactar diretamente durante as decisões financeiras.

Pedro tem metas além da alfabetização básica, como realizar cursos futuros e envios de mensagens. Ele considera que a educação é uma melhoria para sua vida e para alcançar novos propósitos. “Até hoje, é o desejo de aprender a ler e escrever palavras e textos que circulam em nossa sociedade, que leva jovens e adultos analfabetos a irem/retomarem à escola, as salas de aulas de alfabetização. (Leal; Albuquerque; Moraes, 2010, p. 15).

Assim, por meio da obtenção das respostas das/os entrevistadas/os é possível concluir que o principal objetivo de retornarem aos estudos na EJAI é para que consigam ser alfabetizadas/os, a fim de ganhar independência e autossuficiência em atividades diárias. Seja para assinar documentos, interpretar sinais e nomes de ruas, enviar mensagens ou comparar preços, a capacidade de ler e escrever é vista como essencial para melhorar sua qualidade de vida e abrir portas para novas oportunidades.

### 3.3 Análise Geral da Pesquisa

Por meio das observações realizadas durante a pesquisa e através da análise do questionário e das respostas das entrevistas com a professora suas/eus estudantes, é possível acompanhar de perto a complexidade e os desafios enfrentados na EJAI. Os sujeitos envolvidos nessa modalidade requerem atenção diferenciada, por se constituírem num grupo diferenciado do que estamos habituados no dia a dia de uma sala de aula em turmas com crianças. Assim, é imperioso à/ao professor/a conhecer a realidade das/os estudantes em que está inserida/o, possibilitando que visualizem sentidos em sua permanência na escola.

No entanto, muito se discute o papel da/o professor/a como principal responsável da permanência destas/es estudantes na sala de aula. É importante ressaltar que deve haver mais preocupação por parte da gestão municipal em relação a investimentos econômicos

direcionados ao público da EJAI, por meio de programas que possam complementar o ensino, como oficinas e gincanas, elaboração do currículo dinâmico que atenda às necessidades deste público e formações específicas para professoras/es que atuam nesta modalidade de ensino. Investir na EJAI é investir no futuro da sociedade como um todo.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa foi possível perceber que são várias as causas da evasão escolar durante a Educação Básica. Todavia, o estudo ressalta as razões que levam estudantes a retornarem à escola na modalidade de ensino da EJAI, e que apesar das circunstâncias demonstram forte vontade de continuar aprendendo. Fica claro que estas/es estudantes retornam em busca de inclusão social e ascensão financeira.

A pesquisa identificou que os principais fatores de evasão escolar incluem a necessidade de trabalho infantil, responsabilidades familiares, falta de valorização da educação por parte dos pais e questões socioeconômicas. Os propósitos das/os estudantes ao retornar à EJAI incluem a busca por alfabetização, autonomia, inclusão social e melhoria de condições de vida.

A pesquisa atingiu o objetivo geral ao compreender os fatores que contribuem para a evasão e o retorno na EJAI, respondendo à questão central do estudo. O primeiro objetivo específico foi alcançado ao caracterizar a história, desenvolvimento e marco legal da Educação de Jovens e Adultos (EJAI), fornecendo um panorama abrangente e contextualizado sobre essa modalidade de ensino. O segundo objetivo específico também foi atingido, ao identificar os fatores que contribuem para a evasão escolar, conforme relatado pelas/os estudantes e pela professora, além de evidenciar as condições socioeconômicas e culturais que influenciam essa problemática. O terceiro objetivo específico foi alcançado ao refletir sobre as motivações das/os estudantes que optam por retomar seus estudos na escola municipal Pica-Pau no âmbito da EJAI em Codó/MA, evidenciando suas aspirações e os desafios enfrentados.

Embora seja um passo importante, é fundamental reconhecer que a EJAI também possui suas falhas, como em caso de instituições que não valorizam as vivências que estas/es estudantes já carregam consigo. É necessário valorizar e incluir os conhecimentos que eles já têm adquirido e estar constantemente em busca de novos para trabalhar com estes indivíduos de diferentes classes sociais, principalmente das classes menos privilegiadas, que predominam na EJAI.

Estamos satisfeitas com os resultados da pesquisa e acreditamos que alcançamos nossos objetivos, pois pudemos entender a trajetória escolar dessas/es estudantes adultas/os e, de certa forma, os desafios que ainda perpassam ao longo do processo. Ainda há muito o que investir na EJAI, levando em conta a riqueza de conhecimentos que as/os estudantes desta modalidade de ensino carregam consigo e que podem ser utilizados dentro da sala de aula, assim como os sonhos dos mesmos que não podem deixar de ser considerados. Fica evidente que é necessário implementar ações concretas e ideias que visem a diminuição das diversas causas que levam

a/o estudante a evadir durante a Educação Básica, bem como fazer com que elas/es percebam sua importância como sujeitos participativos e críticos dentro e fora do espaço de sala de aula.

Pesquisar acerca desta temática foi significativo tanto para nossa formação profissional quanto pessoal, proporcionando-nos compreender e conhecer um pouco mais de perto a realidade de estudantes da EJAI. A prática de observar a turma de estudantes adultos que não concluíram seus estudos na Educação Básica nos faz refletir sobre as dificuldades que essas pessoas enfrentam no cotidiano, incluindo a indiferença na sociedade por não serem alfabetizadas. Como profissionais da educação, devemos aprimorar nossas práticas de ensino e, assim, contribuir de forma eficiente para a formação desses sujeitos.

Esta pesquisa, visa contribuir para o campo da investigação sobre a evasão e o retorno na EJAI no município de Codó/MA, apesar da relevância do tema, há uma escassez em arquivos de pesquisas que possam servir de referência em próximos estudos nessa área. A pesquisa contém informações proveitosas para entender melhor a situação da evasão e a EJAI no município.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.; CORSO, Â. M. **A Educação de Jovens e Adultos: Aspectos Históricos E Sociais.** In: EDUCERE - VII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Paraná, 2015.
- AMPARO, M. A. M. **A infantilização do ensino na Educação de Jovens, Adultos e Idosos: uma análise no município de Presidente Prudente/SP.** BOLETIM GEPEP. Ano I, v.01, n.01, p. 49-62, dez. 2012
- ARANHA, M. L. **Filosofia da educação.** 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- ARROYO, M. G. **Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública.** In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (Orgs.). Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- AZEVEDO, F. et al. **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959.** Recife: Editora Massangana, 2010. (Coleção educadores).
- BATISTA, E. C. et al. **Entrevista Como Técnica De Investigação Na Pesquisa Qualitativa.** Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, TRI III 2017. ISSN 1980- 7031. 2017.
- BEISIEGEL, C. R. **Estado e educação popular.** São Paulo: Pioneira, 1974.
- BELLO, J. L. P. **Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. História da Educação no Brasil.** Período do Regime militar, Pedagogia em foco, Vitória 1993.
- BRANDÃO, Z. **A dialética macro/micro na sociologia da educação.** Cadernos de Pesquisa. São Paulo, SP, n. 113, p. 153-165, jul. 2001.
- BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brazil.** Rio de Janeiro, 1824.
- BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.** Rio de Janeiro, 1891.
- BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil,** de 16 de julho de 1934. Rio de Janeiro, 1934.
- BRASIL. Constituição (1988). **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.** Brasília, DF: Senado Federal. 1998.
- BRASIL. **Decreto 4.299, de 25 de julho de 1933.** Dispõe sobre os cursos de continuação e aperfeiçoamento e o ensino elementar para adultos. Distrito Federal: Jornal do Brasil, 1933.
- BRASIL. **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.** Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base.** – Brasília, DF: Inep, 2015.

CODÓ (Maranhão). **Lei nº 1.727 de 23 de junho de 2015.** Aprova o Plano Municipal de Educação (PME) e dá outras providências. Codó: Prefeitura Municipal de Codó, 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/3y5tnfp2>. Acesso em: 09/04/2024.

CRUZ, T. R. **Formação continuada de Coordenadores Pedagógicos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da Rede Municipal de Educação de São Luís, Maranhão: proposições para a construção de práticas formativas inspiradas no pensamento de Paulo Freire.** 2017. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

CURY, C. R. J. **O Conselho Nacional de Educação e a gestão democrática.** In: OLIVEIRA, D. A (Org.). *Gestão democrática na educação.* 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

DIGIÁCOMO, M. J. **Evasão Escolar: Não Basta Comunicar e as Mãos Lavar.** 2011. Disponível em: [http://w.www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/evasao\\_escola\\_murilo.pdf](http://w.www.mp.ba.gov.br/atuacao/infancia/evasao_escola_murilo.pdf). Acesso em: 08/12/2023.

EDITORA IMEPH, 2024. Disponível em: <http://imeph.com.br/>. Acesso em: 13 ago. 2024.

FERRARI, S. C. **O aluno de EJA: jovem ou adolescente?** 2011. Disponível em: [http://www.cereja.org.br/pdf/revista\\_v/Revista\\_Shirley\\_CostaFerra.pdf](http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_Shirley_CostaFerra.pdf). Acesso em 08/12/2023.

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da língua portuguesa.** 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FREIRE, Paulo. **"A educação é um ato político"**. Cadernos de Ciência, Brasília, n. 24, p.21-22, jul. /ago. /set. 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância.** São Paulo: UNESP, 2004. p. 332.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da tolerância.** São Paulo: UNESP, 2004. p. 332.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 12ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRIEDRICH, Márcia. et al. **Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta** – São Paulo: Cortez, 2011.

GARCIA, C. M. **Formação de professores para uma mudança educativa.** Porto: Porto Editora, 1999.

GRIMES, D. A, 1993. **Contraceptive services in high-school based clinics: the Baltimore experience.** The Contraception Report IV(2):4.

GUIMARÃES, J. K. S. **EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS: um estudo sobre o ingresso, a evasão e a permanência**, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2019. 57 p.

GUSTSACK, F; VIEGAS, M; BARCELOS, V. **Educação de jovens e adultos: saberes e fazeres**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC,2007.

HADDAD, S. **A ação de governos locais na educação de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 12, n. 35, mai-ago, 2007.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p.108-130, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo demográfico 2022**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 18/01/2024.

KREUTZ, A. **O Projeto João de Barro: uma experiência oficial de educação popular no Maranhão**. 1982. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1982. 139f.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamento de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 3.ed, São Paulo, 1991.

LEAL, T. F; ALBUQUERQUE, E. B. C; MORAIS, A.G. (org.). **Alfabetizar letrando na EJA: Fundamentos teóricos e propostas didáticas**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2010.

Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Brasília, DF: 1971. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm). Acesso em 29 fevereiro 2024.

LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas públicas educacionais**, 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2002

LIBÂNEO, J. C. **O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012, p. 13-28. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/YkhJTPw545x8jwpGFsXT3Ct/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21/06/2024.

LIRA, C. V.; MIRANDA, J. R. **A visão dos estudantes da educação de jovens e adultos sobre o processo de escolarização**. In: IV CONEDU: Congresso Nacional de Educação. João Pessoa, 2017.

MARANHÃO. **Conselho Estadual de Educação**. Resolução CEE 144/2006.

MARANHÃO. **Diretrizes Curriculares/Secretaria de Estado da Educação do Maranhão**, SEDUC, 3ª ed., São Luís, 2014.

MARANHÃO. **Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão**. Lei nº 10. 099. São Luís- Maranhão, 2014.

MORESI, E.; et al. Metodologia da pesquisa. **Brasília: Universidade Católica de Brasília**, v. 108, n. 24, p. 5, 2003.

MOURA, M. G. C. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica/** Maria da Glória Carvalho Moura – Curitiba: Educarte, 2003.

NOGUEIRA, V. P.; RIBEIRO, L. M. L. **O sonho da escolarização: causas da permanência dos educandos da educação de jovens e adultos na escola.** In: X SIMPÓSIO LINGUAGENS E IDENTIDADES DA/NA AMAZÔNIA SUL-OCIDENTAL. Rio Branco. 2016.

OLIVEIRA, M. C. **Metamorfose na construção do alfabetizando pessoa.** Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS. 1996.

PAIVA, J. **Educação de Jovens e Adultos: uma história negada.** São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 1997. [texto escrito para o Programa Um salto para o futuro-série Educação de Jovens e Adultos, editado pela Rádio e Televisão Cultural].

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos/ Vanilda Pereira Paiva.** Temas Brasileiros – II. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (IBRADES), São Paulo: Edições Loyola: 1987.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos: contribuição à história da educação brasileira.** São Paulo: LOYOLA, 1973.

PILLETI, C. **História da educação.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1988, p. 165.

SANTOS, E. B. **A psicologia histórico-cultural como intercessão no desenvolvimento de alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Bairro Vila Maranhão de São Luís - Ma.** Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2012. p. 145.

SAUNER, N. F.M. **Alfabetização de Adultos.** Curitiba: 1. ed. Juruá, 2002.

SCHARGEL, F. P.; SMINK, J. **Estratégias para auxiliar o problema de evasão escolar.** Tradução de Luiz Frazão Filho. Rio de Janeiro: Dunya, 2002.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. **A História das Ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas.** João Pessoa: Ed. Universitária / UFPB, 1999, 205 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, L. C. **Reflexões sobre a relação: Educação e Pobreza.** REVISTA EDUC. V.03, N. 1, jan/jul. Duque de Caxias. 2016

SILVA, M. B; CARDOSO, S.M.A. **Evasão escolar e políticas de permanência: Um estudo de caso na escola Reitor Ribamar Carvalho no município de Codó-MA,** 2019. Monografia (Graduação Licenciatura em Biologia) - Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2019. 39 p.

SILVA, T. M. C. **Mulheres quilombolas na EJAI: trajetórias, vivências e processos.** 2019. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2019. 116 p.

## **APÊNDICES**

**APENDICE A:**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – CAMPUS CODÓ-MA**

**Trabalho de Conclusão de Curso**

**Curso de Licenciatura em Pedagogia Turma: 2020.2**

Tema: **EVASÃO E O RETORNO NA EJAI:** Um estudo a partir da experiência de estágio  
na Unidade Escolar Municipal Pica-Pau em Codó-MA

**Discente:** Emanuele Vieira Cunha

**Docente Orientadora:** Dra. Kelly Almeida de Oliveira

**ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS ALUNOS**

Nome: \_\_\_\_\_

Raça(cor)\_\_\_\_\_ Sexo\_\_\_\_\_ Religião\_\_\_\_\_

Qual a sua idade?\_\_\_\_\_ Qual sua Profissão/ocupação?\_\_\_\_\_

Cidade em que nasceu? \_\_\_\_\_

Com qual idade você parou de estudar e qual o motivo de você ter deixados os estudos?

Por qual motivos você decidiu retornar aos estudos na EJAI?

Como você conheceu a modalidade de ensino EJAI?

Qual os desafios você encontra ao retornar aos estudos como aluno adulto?

O que pretende alcançar com seus estudos?

Já pensou em desistir dos estudos?

**APÊNDICE B:**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – CAMPUS CODÓ-MA**

**Trabalho de Conclusão de Curso**

**Curso de Licenciatura em Pedagogia Turma: 2020.2**

Tema: **EVASÃO E O RETORNO NA EJAI:** Um estudo a partir da experiência de estágio  
na Unidade Escolar Municipal Pica-Pau em Codó-MA

**Discente:** Emanuele Vieira Cunha

**Docente Orientadora:** Dra. Kelly Almeida de Oliveira

**ROTEIRO PARA QUESTIONÁRIO COM A PROFESSORA**

1º Qual sua formação acadêmica?

2º Há quanto tempo você já atua como professora na EJAI?

3º Você conhece a história e alguns dos principais documentos que norteiam a EJAI?

4º Em sua opinião o que ocasionou a evasão destes alunos durante a etapa da educação básica?

5º Na sua opinião, quais as motivações levam eles a voltarem aos estudos?

6º Como você costuma envolver os alunos da EJA para que participem ativamente das atividades em sala de aula?

**APÊNDICE C: TERMO DE SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA  
ACADÊMICO-CIENTÍFICA E USO DO NOME DA INSTITUIÇÃO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 - São Luís - Maranhão.

**SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICO-  
CIENTÍFICA**

Prezado(a) Senhor(a), JAMES CEZAR W. DA SILVA

Solicitamos autorização para realização de uma pesquisa integrante do Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade monografia, da acadêmica: Emanuele Vieira Cunha, orientada pela Professora e Doutora, Kelly Almeida de Oliveira.

Tendo como título preliminar “**EVASÃO E O RETORNO NA EJAI**: Um estudo a partir da experiência de estágio na Unidade Escolar Municipal Pica-Pau em Codó-MA”.

O Objetivo Geral da pesquisa é: compreender os fatores que influenciam a evasão e os propósitos dos estudantes ao retornarem a EJAI. Os objetivos específicos são: caracterizar a história, desenvolvimento e marco legal da Educação de Jovens e Adultos (EJAI); identificar os fatores que influenciam a evasão escolar; e refletir sobre as motivações dos estudantes que optam por retomar seus estudos na escola municipal Pica-Pau no âmbito da EJAI em Codó/MA

A coleta de dados será feita por meio de por meio da entrevista estruturada, tendo como participantes os alunos e a professora da referida turma observada.

Salientamos que todos os dados e informações necessárias para a pesquisa serão previamente submetidos à aprovação do responsável pela empresa concedente.

A presente atividade é requisito para a conclusão do Curso de **Pedagogia, da UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – CAMPUS CODÓ-MA**

Asseguramos que o nome da escola não será revelado na publicação das informações, caso a empresa faça a opção pelo anonimato.

Agradeço a atenção e me coloco ao inteiro dispor para melhores esclarecimentos.

Codó-MA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Acadêmica

Docente Orientadora

*JAMES CEZAR W. DA SILVA*  
 JAMES CEZAR W. DA SILVA  
 CPF: 770.919.057-20  
 Supervisor Escolar  
 Matr. 412961

Representante da escola concedente da pesquisa  
Assinatura e carimbo

**ANEXO**

**ANEXO A: Parecer que regulamenta a inclusão do idoso como sujeito de direito na EJA em Codó**



**ESTADO DO MARANHÃO  
MUNICÍPIO DE CODÓ  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
LEI Nº 1.282, 10 DE DEZEMBRO DE 2002.**

<b>INTERESSADO (A):</b> Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEMECTI – Codó.	<b>UF:</b> MA
<b>ASSUNTO:</b> Regulamentação da Educação de Jovens, Adultos e Idosos para reconhecer a inclusão do idoso como sujeito de direito na EJA.	
<b>ÓRGÃO DELIBERATIVO:</b> Conselho Municipal de Educação de Codó – MA / Comissão Especial para o Estudo, Análise e Emissão de Parecer sobre a Regulamentação da Educação de Jovens, Adultos e Idosos para reconhecer a inclusão do idoso como sujeito de direito na EJA.	
<b>RELATOR (A):</b> Raimunda Ariane de Deus Silva	
<b>PROCESSO Nº:</b> 001/2017 - CME	
<b>PARECER Nº:</b> 001/2017-CME	<b>APROVADO EM:</b> 31 / 05 / 2017.

**I – RELATÓRIO**

**Histórico**

A Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEMECTI – Codó – MA encaminhou ao Conselho Municipal de Educação- CME, através do Ofício Nº 441/2017-GAB/SEMECTI, de 05 de abril de 2017, assinado pela Secretária Professora Dr<sup>a</sup> Deuzimar Costa Serra, a Proposta de Resolução que regulamenta a Educação de Jovens, Adultos e Idosos para o reconhecimento da inclusão do idoso como sujeito de direito na EJA juntamente com anexo, aguardando a apreciação e análise da referida proposta.

Na Sessão Plenária realizada em 19 de abril de 2017, a citada proposta de Resolução foi apresentada, após lida e discutida os conselheiros em votação decidiram que o CME deveria emitir um Parecer em vez de uma Resolução visto que o Plano Municipal de Educação em suas Metas 9 e 10 e respectivas estratégias e o Plano Estadual Metas 10 e 11 e respectivas estratégias já utilizam a nomenclatura EJAI, incluindo desta forma o idoso como sujeito de direito à educação.

Partindo deste entendimento resolveu-se criar uma Comissão Especial para a elaboração de um Parecer sobre a referida Proposta de Resolução.

### **Análise do Mérito**

Ao se realizar a leitura do ofício Nº 441/2017-GAB/SEMECTI, de 05 de abril de 2017, a proposta de Resolução e seus anexos: Estatuto do Idoso, Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, Conferência Nacional dos Idosos, realizada em Brasília, em 2006, p.18 onde constam as discussões sobre educação, cultura, esporte e lazer, Propostas aprovadas pelo grupo (Conferência Nacional das Pessoas Idosas/2010), a Comissão Especial constituída pelo CME utilizou a metodologia de estudo e análise de documentos da legislação Educacional Nacional, Estadual e Municipal.

A comissão passou para a leitura do Plano Nacional de Educação, Lei 13.005, de 25 junho de 2014, que não utiliza a nomenclatura EJAI, mas que na Meta 9, estratégia 9.12 dar visibilidade ao sujeito idoso. Segui com a redação: Estratégia 9.12 - Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiências dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

O Plano Estadual de Educação Lei nº 10.099, 11 de junho de 2014, já usa a nomenclatura EJAI reconhecendo o idoso como sujeito de direito à educação em suas Metas 10 e 11 e suas respectivas estratégias. Podendo ser destacada neste parecer: Estratégia 10.1 - Assegurar a oferta gratuita da Educação de Jovens, Adultos e Idosos como direito humano, a todos os que não tiveram acesso à Educação Básica na idade própria, inclusive àqueles que estão em situação de privação de liberdade e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade, bem como de medida cautelar. Estratégia 10.14 - Instituir currículos adequados às especificidades dos educandos da EJAI, incluindo temas que valorizem os ciclos/fases da vida e promover a inserção no mundo do trabalho e participação social. Estratégia 10.17 - Garantir o acesso de jovens, adultos e idosos as Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs no ambiente escolar. Estratégia 10.19 - Fomentar a produção de material didático específico para a EJAI, bem como, metodologias diferenciadas para o desenvolvimento dos alunos dessa modalidade. Estratégia 11.8 - Promover a integração da EJAI com políticas de saúde, trabalho, meio ambiente, cultura, lazer e esporte, entre outros na perspectiva da formação integral dos cidadãos. Estratégia 11.11 - Estimular a diversificação curricular da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, articulando a formação à preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relação entre teoria e



prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógico adequados às características desses alunos. Estratégia 11.12 - Produzir material didático, desenvolver currículos e metodologias específicas para a avaliação da aprendizagem, bem como garantir o acesso a equipamentos e laboratórios.

O Plano Municipal de Educação Lei nº 1.727, de 23 de junho de 2015 na Meta 9 e suas estratégias inclui o idoso como sujeito de direito a educação e utiliza a nomenclatura EJA, como se pode observar na estratégia 9.9 – Considerar nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso às tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas; e na estratégia 9.11 – Instituir currículos adequados às especificidades do educando da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, incluindo temas que valorizem os ciclos/fases da vida e promover a inserção no mundo do trabalho e participação social. Na meta 10 é usada “Educação de Jovens e Adultos” não contendo a palavra “idoso”, mas nas estratégias o idoso é visto como sujeito de direito a educação, como se pode observar na estratégia 10.9 que diz: Garantir a promoção e integração da EJA com políticas de saúde, trabalho, meio ambiente, cultura, lazer e esporte, entre outros na perspectiva da formação integral dos cidadãos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, 2013 na página 347 diz: “Os jovens e adultos são listados especificamente nas ações desse Plano como titulares da Educação Básica à qual têm direito *ao longo de toda a vida*” e a Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB Lei nº 9394/96 Art. 37 § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Em vista dos argumentos apresentados, convém mencionar que estas Conselheiras Parecidas Luciana Cristina da Silva Nascimento, Maria Gardenia Pereira de Carvalho, Raimunda Ariane de Deus Silva e a Assessora Técnica do Conselho Municipal de Educação Rosina de Araújo Benvidi, participaram das reuniões da citada Comissão e acreditam assim como os demais conselheiros deste Conselho que o idoso é um adulto em diferencial, considera-o como pertencente ao grupo de risco e vulnerabilidade social e respeita sua peculiar condição de idade e que é de comum acordo com a Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – O Estatuto do Idoso que diz:

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

§ 2º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.

Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

Art. 23. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

Art. 24. Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento.

Art. 25. O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.

## II - VOTO DA RELATORA

Diante do exposto, conforme análises e estudos feitos e apresentados e devidamente justificados neste Parecer, opina esta parecerista para que sejam adotadas as seguintes providências

- 1- Pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação - SEMECTI - Cuiabá. - Solicitar a Comissão Técnica de monitoramento do Plano Municipal de Educação, comissão da SEMECTI, que ao fazer as normas técnicas analise e se achar necessário acrescente direitos do idoso que a Comissão acredita não está sendo contemplado nas leis estudadas e apresentadas neste parecer.

BA

É o Parecer, s.m.j.

Codó (MA), 31 de maio de 2017.

---

Raimunda Ariane de Deus Silva  
Relatora

### III - DECISÃO DA COMISSÃO ESPECIAL

A Comissão Especial para Estudo, Análise e Emissão de Parecer sobre a Regulamentação da Educação de Jovens, Adultos e Idosos para reconhecer a inclusão do idoso como sujeito de direito na EJA, aprova por unanimidade o voto da Relatora.

Codó (MA), 31 de maio de 2017.

*Maria Gardênia Pereira de Carvalho Aguiar*  
Maria Gardênia Pereira de Carvalho Aguiar  
Presidente da Comissão

*Luciana Cristina da Silva Nascimento*  
Luciana Cristina da Silva Nascimento  
Membro

*Raimunda Ariane de Deus Silva*  
Raimunda Ariane de Deus Silva  
Membro

*Rosina de Araújo Bevindo*  
Rosina de Araújo Bevindo  
Membro

### IV - DECISÃO DA PLENÁRIA

A Plenária, reunida em Sessão ordinária no dia 31 de maio de 2017, aprova o Parecer da Comissão Especial para Estudo, Análise e Emissão de Parecer sobre a Regulamentação da Educação de Jovens, Adultos e Idosos para reconhecer a inclusão do idoso como sujeito de direito na EJA.

Codó (MA), 31 de maio de 2017.

*Luciana Cristina da Silva Nascimento*

Luciana Cristina da Silva Nascimento

Presidente do CME

*[Faded signature]*

Conselheiro (a)

*[Faded signature]*

Conselheiro (a)

*Edmir da Silva Souza*

Conselheiro (a)

*[Faded signature]*

Conselheiro (a)

*[Small handwritten mark]*

